



Serviço Público
Federal Ministério da
Educação
**Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do
Sul**



FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – CURSO DE MESTRADO

VANESSA DUARTE

ENTRE CUIDADOS E CONTRADIÇÕES: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE
TRABALHADORAS E TRABALHADORES SOBRE UMA UNIDADE DE
ACOLHIMENTO.

Campo Grande-MS

2025



VANESSA DUARTE

**ENTRE CUIDADOS E CONTRADIÇÕES: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE
TRABALHADORAS E TRABALHADORES SOBRE UMA UNIDADE DE
ACOLHIMENTO.**

Relatório de pesquisa apresentado
ao Programa de Pós-Graduação em
Psicologia – Curso de Mestrado, na
Linha de Pesquisa 2: Processos
Psicológicos e suas Dimensões
Socioculturais.

Orientadora: Prof^a Dra. Zaira de
Andrade Lopes.

Campo Grande –MS

2025

VANESSA DUARTE

**ENTRE CUIDADOS E CONTRADIÇÕES: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
DE TRABALHADORAS E TRABALHADORES SOBRE UMA UNIDADE
DE ACOLHIMENTO.**

Relatório de pesquisa apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, como requisito para defesa de pesquisa.

BANCA EXAMINADORA

Prof.a. Dr^a. Zaira de Andrade Lopes - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,
Campus Campo Grande – Orientadora

Prof.^a Dra Luciane Pinho de Almeida - Universidade Católica Dom Bosco - UCDB

Prof. Dr. Alberto Mesaque - Martins Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,
Campus Campo Grande

Prof Dra. Alexandra Ayach Anache Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,
Campus Campo Grande

DEDICATÓRIA:

Dedico esta pesquisa a todos os brasileiros e brasileiras que, em algum momento de suas vidas, precisaram recorrer às instituições de acolhimento. Este trabalho é uma homenagem às suas histórias de resiliência, coragem e esperança, que refletem a força de quem enfrenta adversidades e busca, mesmo diante de tantas dificuldades, reconstruir sua trajetória com dignidade.

É também uma forma de dar visibilidade às questões que envolvem essas instituições e às realidades vividas por tantas pessoas que passaram por elas. Espero que esta pesquisa contribua para fortalecer os debates e as políticas públicas voltadas ao acolhimento, promovendo melhorias nos serviços e maior suporte às pessoas em situação de vulnerabilidade.

Que esta dedicação inspire um olhar mais empático e humano para quem enfrenta esses desafios, lembrando que cada história é única e merece ser respeitada, valorizada e ouvida. Aos que lutam por um futuro melhor, este trabalho é, uma celebração da força humana e da possibilidade de transformação social.

AGRADECIMENTOS:

Quero expressar minha profunda gratidão a todos os trabalhadores e trabalhadoras que, por meio de suas lutas históricas, conquistaram os direitos que me permitiram realizar minha graduação em Psicologia e meu mestrado em uma universidade pública de excelência. Este trabalho de pesquisa é uma singela retribuição a essas lutas, que tornaram possível a realização de um sonho que não é apenas meu, mas de toda uma coletividade que acredita no poder transformador da educação pública e de qualidade.

Ser mãe em nossa sociedade é, sem dúvidas, uma experiência desafiadora e intensa. Ser mãe de uma criança atípica acrescenta camadas de complexidade que exigem ainda mais força, coragem e resiliência. Esses desafios, no entanto, me ensinaram lições preciosas: a importância de viver o hoje com intensidade, de cultivar a gratidão e de lutar com determinação pelos meus sonhos. Por isso, minha eterna gratidão vai para os meus filhos, Caetano e Daniel, que são minhas maiores fontes de amor, inspiração e alegria. Vocês me ensinam, todos os dias, que viver com intensidade e propósito é a melhor forma de honrar a vida.

Agradeço imensamente à minha orientadora, Zaira de Andrade Lopes, uma mulher com quem tenho uma enorme identificação. Sua incansável luta em favor das mulheres me fortalece e inspira diariamente. Obrigada por acreditar no meu potencial e por criar um ambiente acolhedor, onde uma mãe atípica como eu pôde estudar, pesquisar e concluir esta etapa tão importante. Suas orientações e o caminho que percorremos juntas foram fundamentais para a construção deste saber que agora se concretiza neste relatório de pesquisa.

Minha gratidão se estende também à minha rede de apoio, que foi essencial para que eu pudesse alcançar este objetivo. Ao meu marido, Felipe, que sempre acreditou na minha capacidade, me encorajou em momentos difíceis e cuidou de nossos filhos nos períodos em que precisei me ausentar. Você foi meu parceiro em todos os sentidos e sua presença tornou essa caminhada possível. À minha mãe, que, assim como Felipe, esteve ao meu lado, ajudando incansavelmente com as crianças e oferecendo seu colo materno sempre que precisei de conforto. Ao meu pai, que foi meu maior incentivador na escolha pela carreira de servidora pública, minha gratidão eterna. À minha irmã e minha sobrinha, Dayanne e Beatriz, que, mesmo vivendo em outro país, me acolheram com palavras de incentivo e nunca deixaram de acreditar no meu potencial.

Agradeço também a Ana Maria Espíndola, que segurou minha mão nos momentos mais difíceis e me guiou para águas mais calmas e reconfortantes. Sua presença foi um alívio e uma fonte de força em meio às tempestades.

Por fim, registro minha gratidão à Secretaria Municipal de Assistência Social, que abriu as portas para que essa pesquisa pudesse ser realizada, e a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para a concretização deste trabalho. Esta pesquisa não é apenas o resultado de um esforço individual, mas também de uma rede de apoio e de muitas lutas que possibilitaram a realização de sonhos.

Obrigada a todos e todas que, de alguma maneira, estiveram comigo nesta jornada.

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo analisar as representações sociais (RS) dos trabalhadores e das trabalhadoras de uma unidade de acolhimento institucional no município de Campo Grande (MS) acerca da instituição na qual atuam. Para tanto, adotou-se como fundamentação teórica a Teoria das Representações Sociais (TRS), que permite compreender como os indivíduos constroem e compartilham significados sobre a realidade em que vivem. Trata-se de um estudo qualitativo, uma vez que essa abordagem metodológica permite captar a complexidade e a subjetividade inerentes às representações sociais, considerando a dinâmica sujeito-objeto na construção do conhecimento. Para a produção de informações e dados, foram utilizados dois a entrevistas individuais semiestruturadas, que possibilitaram um aprofundamento das percepções individuais, e rodas de conversa, que favoreceram a expressão coletiva e a interação grupal. A organização dos resultados foi realizada por meio da técnica da Análise de Conteúdo de Bardin. Para a construção da análise de dados foi utilizado a TRS um procedimento sistemático que permitiu categorizar e interpretar os discursos, identificando núcleos temáticos e contradições presentes nas falas dos participantes. Os resultados revelaram representações sociais ambíguas e paradoxais em relação à unidade de acolhimento, expressas nas seguintes categorias: 1) Acolher e Vigiar, 2) Caridade, 3) Familiar, 4) Difícil, mas dá prazer, e 5) Culpada. Por um lado, os trabalhadores idealizam a instituição como um espaço acolhedor, protetor e afetivo, aproximando-a de uma concepção familiar e humanizada. Por outro, descrevem práticas institucionais que remetem a mecanismos de controle, disciplina e vigilância, assemelhando-se a estruturas prisionais. Essa dualidade evidencia uma tensão entre o discurso idealizado e a realidade operacional, na qual coexistem percepções conflitantes sobre o papel da instituição. Tal contradição pode refletir, por exemplo, a dificuldade em conciliar o trabalho da assistência social com as limitações estruturais e organizacionais do serviço, além de possíveis influências de estereótipos sociais sobre populações acolhidas. O estudo contribui, assim, para uma reflexão crítica sobre as práticas institucionais, sugerindo a necessidade de maior alinhamento entre os princípios teóricos do acolhimento e as vivências cotidianas dos trabalhadores, de modo a promover uma atuação mais coerente e emancipatória.

Palavras-chave: Unidade de Acolhimento Institucional; SUAS; Representações Sociais

ABSTRACT:

The study aimed to analyze the social representations (SR) of workers at an institutional shelter unit in the city of Campo Grande (MS), Brazil, regarding the institution where they work. To this end, the theoretical foundation adopted was the Social Representations Theory (SRT), which helps understand how individuals construct and share meanings about the reality they experience. This is a qualitative study, as this methodological approach allows for capturing the complexity and subjectivity inherent to social representations, considering the subject-object dynamic in knowledge construction. For data collection, two methods were used: semi-structured individual interviews, which allowed for an in-depth exploration of individual perceptions, and group discussions, which fostered collective expression and group interaction. The organization of the results was carried out using Bardin's Content Analysis technique. For data analysis, SRT was applied as a systematic procedure to categorize and interpret the discourses, identifying thematic cores and contradictions in the participants' statements. The results revealed ambiguous and paradoxical social representations regarding the shelter unit, expressed in the following categories: 1) Welcoming and Monitoring, 2) Charity, 3) Family-like, 4) Difficult but Rewarding, and 5) Guilty. On one hand, workers idealize the institution as a welcoming, protective, and affective space, likening it to a familial and humanized concept. On the other hand, they describe institutional practices that resemble mechanisms of control, discipline, and surveillance, similar to prison-like structures. This duality highlights a tension between idealized discourse and operational reality, where conflicting perceptions about the institution's role coexist. Such contradiction may reflect, for example, the difficulty in reconciling social assistance work with the structural and organizational limitations of the service, as well as possible influences of social stereotypes about sheltered populations. Thus, the study contributes to a critical reflection on institutional practices, suggesting the need for greater alignment between the theoretical principles of shelter care and the daily experiences of workers, in order to promote more coherent and emancipatory practices.

Keywords: Shelter Unit; SUAS; Social Representations

LISTA DE SIGLAS:

UAICA – Unidade de acolhimento institucional de crianças e adolescentes.

SUAS – Sistema Único da Assistência Social.

TRS – Teoria das Representações Sociais.

RS – Representações Sociais

ECA – Estatuto da Criança e Adolescente

FEBEM – Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

CEP – Comitê de ética em pesquisa.

TCLE – Termo de Consentimento Livre Esclarecido.

LISTA DE FIGURAS:

1.	Figura 1 – Quadro 1 - Artigos Analisados, descritores: Acolhimento institucional de crianças e adolescentes.....	21
2.	Figura 2 – Quadro 2 - Artigos Analisados descritores: abrigo; criança; adolescente; e SUAS.....	23
3.	Figura 3- Quadro 3 - Referente ao terceiro bloco da revisão de literatura.....	24
4.	Figura 4 - Quadro 4 - Caracterização das participantes.....	51
5.	Figura 5 - Quadro 5 - Núcleos temáticos.....	55
6.	Figura 6 - Núcleo temático A – A instituição de acolhimento.....	56
7.	Figura 7 - Quadro 6 – Mapeamento dos discursos – Acolher e vigiar.....	56
8.	Figura 8 - Quadro 7 – Mapeamento dos resultados – Caridade.....	59
9.	Figura 9 - Quadro 8 - Núcleo temático B – Relação com o trabalho.....	60
10.	Figura 10 - Quadro 9 – Mapeamento dos resultados – Familiar.....	60
11.	Figura 11 - Quadro 10 – Mapeamento dos resultados – Difícil mas dá prazer.....	61
12.	Figura 12 - Núcleo temático C – A família.....	63
13.	Figura 13 Quadro 11– Mapeamento dos resultados – Culpada.....	63

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO BRASIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA.....	17
2.1 O que as pesquisas sobre a proteção e acolhimento de crianças apresentam:	20
2.2 As Políticas de Proteção Social: quem acolhe e como acolhe crianças e adolescentes.....	20
3. CAMINHOS PERCORRIDOS E BATALHAS VIVENCIADAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	26
3.1 Primeiros passos: Marcos históricos da Política de Assistência Social.....	27
3.2 Nossos passos nos conduzem à política social e ao olhar sobre a infância no Brasil.	30
4. METODOLOGIA	38
4.1 A teoria das Representações Sociais e seus fundamentos.	38
4.2 Representações sociais um recorte epistemológico: da formação às funções no cotidiano das relações sociais.	43
4.3 Funções das representações sociais:	46
4.4 Procedimentos Metodológicos	48
4.5 Natureza da pesquisa	48
4.6 Participantes e delimitação de campo de pesquisa:	49
4.7 Procedimentos para a produção dos dados	51
4.8 Aspectos éticos da pesquisa.....	53
4.9 Organização dos dados coletados:	54
5 ENTRE CUIDADOS E CONTRADIÇÕES, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PARTICIPANTES DA PESQUISA:	65
5.1. Eixos temáticos, categorias e marcas discursivas nas entrevistas e roda de conversa:	65
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	77
8. APÊNDICE A - CONVITE.....	83
9. APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - ENTREVISTA	84
10. APÊNDICE C - TCLE - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – RODA DE CONVERSA	88
12. APÊNDICE D – FORMULÁRIO SEMI-ESTRUTURADO PARA ENTREVISTA INDIVIDUAL.	92
13 APÊNDICE E - RODA DE CONVERSA:	93

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório de pesquisa propõe-se a analisar e compreender as representações sociais construídas e compartilhadas pelos trabalhadores de uma instituição de acolhimento destinada a adolescentes. O interesse por estudar a referida temática deu-se a partir da prática profissional desta pesquisadora em uma unidade de acolhimento institucional de crianças e adolescentes. Muitas vezes, as jovens atendidas por essa unidade apresentavam comportamentos agressivos, chegando a destruir móveis e objetos do local. Em diversas ocasiões, elas também fugiam da instituição, retornando posteriormente ao acolhimento ou ao convívio com suas famílias, onde frequentemente haviam experimentado situações de violação de direitos, violência ou abuso.

Nesse contexto, alguns questionamentos vêm à tona, como por exemplo: A política de proteção para esse público tem sido eficiente? O atendimento que a unidade acolhedora oferece é adequado? Considerando que essa política de proteção para crianças e adolescente é executada pelos trabalhadores e trabalhadoras da instituição, para tanto, compreender e analisar as representações sociais desse grupo de pessoas sobre a instituição pode contribuir para que a política acima citada seja executada de forma satisfatória.

Na prática profissional foi possível observar algumas falas das/os trabalhadoras/es, as quais podem indicar uma possível representação social desse grupo, sobre a instituição. Esses trabalhadores e trabalhadoras compreendem o funcionamento da política de proteção? Tais falas e comportamentos que os trabalhadores têm influencia diretamente no seu fazer profissional, por tanto, identificar tais representações desse grupo de trabalhadores nos possibilita pensar na forma como essa política de proteção para crianças e adolescente vem sendo executada no município de Campo Grande – MS.

Assim para compreender o distanciamento entre as ações desenvolvidas pela equipe e o que é estabelecido nas legislações e documentos orientadores e normatizadores que tipificam os serviços sociassistenciais, a pesquisa teve como objetivo analisar as representações sociais (RS) dos trabalhadores e trabalhadoras de uma unidade de acolhimento institucional no município de Campo Grande – MS sobre a unidade de acolhimento no qual atuam.

Tal objetivo foi desenvolvido tendo como orientação que as RS exercem influência nas ações das pessoas. Segundo o ponto de vista de Belfort, Barros, Gouveia e Santos (2015) podemos considerar que as representações sociais dos trabalhadores influenciam diretamente no fazer diário desses profissionais, haja vista que uma das funções das representações sociais

é a função orientadora, a qual guia o comportamento dos indivíduos desse grupo. Esse aspecto será trabalhado com maior profundidade na fundamentação teórica deste trabalho.

Para compreender e analisar as representações sociais de trabalhadores e trabalhadoras de uma unidade de acolhimento institucional destinada a adolescentes, tem -se os seguintes objetivos específicos:

1. Identificar os elementos que compõem as representações sobre as unidades de acolhimento institucional nos discursos do grupo de participantes do estudo.
2. Verificar como o grupo participante compreende a relação da sua atuação na instituição e as diretrizes preconizadas sobre proteção e acolhimentos no ECA;
3. Identificar as contradições existentes no serviço de acolhimento institucional.

Nesse sentido, compreender tais representações para poder oferecer um serviço que segue as diretrizes da tipificação dos serviços socioassistenciais. Outrossim, trazer essa observação empírica para o campo acadêmico tem como finalidade contribuir com o fazer técnico dos referidos trabalhadores. Para a compreensão desse serviço, faremos a seguir um percurso histórico sobre a criação das unidades de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, com intuito de compreender o contexto histórico e social desse serviço ofertado pelo Sistema Único de Assistência Social.

No contexto da criação, cuidado e proteção de crianças e adolescentes, a Constituição Brasileira de 1988, consolidada posteriormente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabelece que tais responsabilidades recaem, primordialmente, sobre a família. Esses marcos legais refletem uma evolução histórica que reforça a centralidade do núcleo familiar como principal agente na garantia dos direitos e no desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. Assim, a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes é um direito garantido constitucionalmente. No âmbito internacional a Convenção das Nações Unidas, da qual o Brasil é signatário, conforme o decreto nº 99.710 de 21 de novembro de 1990, também reafirma tal direito mencionado acima.

Diante exposto, o acolhimento institucional se apresenta como uma última alternativa para a proteção de crianças e adolescentes, quando não há a possibilidade de a família assegurar os direitos básicos desses indivíduos, ou seja, o acolhimento institucional deve ocorrer após todas as tentativas de garantia de direitos e fortalecimentos de vínculos executados por outras políticas não forem suficientes para assegurar os direitos básicos.

As unidades de acolhimento institucional foram criadas na década de 1990 a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual preconiza que:

Na hipótese de não haver a indicação do genitor e de não existir outro representante da família extensa apto a receber a guarda, a autoridade judiciária competente deverá decretar a extinção do poder familiar e determinar a colocação da criança sob a guarda provisória de quem estiver habilitado a adotá-la ou de entidade que desenvolva programa de acolhimento familiar ou institucional. (Lei n.º 8.069/1990)

Sob essa perspectiva, as unidades de acolhimento foram criadas para garantir os direitos básicos de crianças e adolescentes cujo genitores não dispõem de condições para tal. No entanto, é importante ressaltar, que anterior ao ECA (1990), as crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade eram abrigadas no mesmo local que os adolescentes que estavam em conflito com lei, pois haviam cometido um ato infracional. Ressalta-se ainda que tais locais possuíam uma forma de ação similar ao sistema prisional, as crianças e adolescentes eram privados de liberdade e convívio social. Outra característica das instituições era o caráter predominantemente assistencialista.

Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, as antigas instituições voltadas ao abrigo de crianças e adolescentes foram extintas, sendo substituídas por unidades de acolhimento institucional direcionadas para a proteção de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Essas unidades diferem dos espaços destinados a adolescentes em conflito com a lei, que são voltados à aplicação de medidas socioeducativas.

Nesse contexto, a política de assistência social assumiu a responsabilidade de implementar unidades de acolhimento institucional e medidas socioeducativas em meio aberto para crianças e adolescentes em situação de risco. Por sua vez, a política nacional de segurança pública ficou encarregada de gerir as medidas socioeducativas aplicadas em meio fechado, destinadas àqueles que cometeram atos infracionais.

Para compreender o contexto histórico desse movimento da criação das unidades de acolhimento, precisamos retomar até a constituição de 1988, a qual consolida a seguridade social, que compreende um conjunto de ações do estado e da sociedade para assegurar a saúde, previdência e assistência social. Esse conjunto de políticas determinadas pela constituição federal, tem por objetivo assegurar os direitos fundamentais dos brasileiros em todo seu ciclo de vida, na infância, vida adulta e velhice.

Fundamentada nesses princípios, em 1993 a Lei Orgânica da Assistência Social foi publicada com o objetivo de regulamentar as ações ocorridas no tripé da seguridade social, ao que se referente a assistência social. Com o advento da referida lei, no ano de 2005 o Sistema Único da assistência Social – SUAS foi instaurado.

Por sua vez, o SUAS, cuja função é a gestão da proteção social no Brasil divide-se em duas dimensões: proteção social básica, e a proteção social especial. Dentro da subdivisão de

proteção social especial, a normativa prevê a criação de instituições que acolham crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados, cujas famílias não apresentam condições, no momento, de assegurar os direitos fundamentais de crianças e adolescentes previstos no ECA.

“Os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes estão definidos e regulados pela resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do conselho Nacional da Assistência Social (CNAS), como serviços de proteção social especial de alta complexidade do sistema único da assistência social (SUAS), a serem executados em casa lares, abrigos institucionais, repúblicas ou ainda, na modalidade de família acolhedoras.” (BRASIL, 2018, p. 10)

Desta forma, o objeto de pesquisa a ser analisado nesse projeto são as representações sociais que as/os trabalhadoras/es de uma unidade de acolhimento institucional de crianças e adolescente tem sobre a unidade de acolhimento na qual trabalham. Esse equipamento está previsto na política pública da assistência social.

A teoria das representações sociais nos permite olhar para esses processos contraditórios e nos ajuda a compreender quais são os elementos que compõem o núcleo das representações a cerca dessa proteção do estado, como também os elementos periféricos, os quais são a porta de entrada para a transformação de uma representação social.

Com o intuito de transformar a realidade e diminuir a disparidade social existente, devido até o sistema econômico vigente, a políticas públicas nascem como medida de ação transformadora. A TRS com seu caráter transformador e dinâmico, tem muito a contribuir para pensar as políticas públicas como também contribui para o fazer dos profissionais que trabalham nessa área. Por essa razão, a referida teoria será usada nesta pesquisa.

Esse relatório de pesquisa está estruturado da seguinte forma, na primeira seção, estabelecemos os objetivos da pesquisa, geral e específicos; na segunda seção, realizamos uma revisão de literatura, com o intuito de realizar um levantamento sobre o que há de publicações científicas relacionadas com a temática; na terceira seção, abordaremos os caminhos percorridos e as batalhas vivenciadas para a criação de uma política de proteção para crianças e adolescentes; na quarta sessão, trabalhamos os fundamentos teóricos e epistemológicos que fundamentam essa pesquisa, bem como a metodologia utilizada e a análise de dados. E por último, temos uma conclusão a qual chegamos sobre a nossa temática.

Essa pesquisa tem como objetivo geral analisar as representações sociais (RS) dos trabalhadores e trabalhadoras de uma unidade de acolhimento institucional sobre a unidade de acolhimento que estes trabalhadores e trabalhadoras estão lotados.

Os objetivos específicos são:

1. Identificar os elementos que compõem as representações sobre as unidades de

acolhimento institucional nos discursos do grupo de participantes do estudo.

2. Verificar como o grupo participante compreende a relação da sua atuação na instituição e as diretrizes preconizadas sobre proteção e acolhimentos no ECA;
3. Identificar as contradições existentes no serviço de acolhimento institucional, por meio dos relatos do grupo participante.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO BRASIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA.

A infância é um conceito historicamente construído e carregado de significados sociais, políticos e culturais que refletem as transformações ocorridas nas últimas três décadas. No Brasil, a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 representou um marco na proteção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes, estabelecendo diretrizes fundamentais para políticas públicas e práticas institucionais.

Esse contexto histórico-cultural ressalta a vulnerabilidade da infância, um período da vida caracterizado pela dependência e pela necessidade de cuidado, mas também permeado por desigualdades e exclusões que afetam especialmente aqueles em situação de violação de direitos. A proteção de crianças e adolescentes, portanto, emerge como um tema central na formulação de políticas públicas e na produção científica, evidenciando a importância de refletir sobre a efetividade dessas ações no Brasil contemporâneo.

Nesse cenário, a revisão integrativa de literatura tem como objetivo realizar uma revisão bibliográfica sobre o acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil, buscando compreender como as políticas públicas e os serviços oferecidos pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) têm sido abordados pela literatura científica. Ao investigar essa temática, busca-se identificar as representações sociais hegemônicas, os desafios enfrentados pelas unidades de acolhimento e as possíveis lacunas na execução dessas políticas.

Por meio dessa análise, espera-se contribuir para o entendimento crítico das práticas de acolhimento institucional, refletindo sobre sua capacidade de assegurar os direitos fundamentais de crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade e violação de direitos.

Essa reflexão torna-se ainda mais relevante quando se considera que os conceitos de criança e infância não são universais ou atemporais, mas construções históricas dos últimos três séculos, profundamente entrelaçadas com a ideia de família e com a imagem da mulher (Maia, 1995). Estudos de autores como Ariès (1981) e Badinter (1985) evidenciam que essas concepções são moldadas por interesses políticos, sociais e econômicos, influenciando diretamente as práticas institucionais e as políticas públicas voltadas à infância.

A temática da infância ocupou um local de preocupações no âmbito da pesquisa científica, como também das políticas públicas. Esse momento da existência humana, caracterizado principalmente pela necessidade de cuidado e dependência de outro ser humano

para a garantia da sobrevivência, é um momento de vulnerabilidade. Nesse sentido, as crianças são mais propensas à violação de direitos.

Do ponto de vista decolonial, segundo Quijano (2005) é fundamental reconhecer que as concepções de infância e criança são atravessadas por relações de poder que privilegiam certas formas de existir em detrimento de outras. Segundo Lugones (2008), a colonialidade de gênero não apenas impõe uma hierarquia entre homens e mulheres, mas também cria categorias raciais e culturais que perpetuam a dominação e a marginalização. A construção da infância como um período de vulnerabilidade e dependência pode ser analisada como uma imposição colonial, que desconsidera as experiências e saberes de crianças de contextos indígenas, africanos e afrodescendentes. Nesses grupos, a infância pode ser compreendida de forma mais coletiva, com crianças participando ativamente da vida social e produtiva desde cedo.

No contexto histórico brasileiro, as políticas públicas sofreram transformações significativas. Um marco dessa transformação é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que visa a proteção dessa população em específico. Assim, o objetivo dessa revisão bibliográfica é realizar um levantamento das publicações científicas que tratam sobre o acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil.

A primeira etapa dessa revisão de literatura consiste em identificar produções de diferentes áreas do conhecimento. A segunda etapa, consiste em identificar as produções científicas dentro da área de conhecimento da psicologia. Na terceira e última etapa, será realizado o levantamento bibliográfico dos artigos que possuem a Teoria das Representações Sociais (TRS) como fundamento teórico.

O interesse sobre a temática relacionada à proteção de crianças e adolescentes surge a partir da análise da política pública vigente, que trata sobre a proteção do Estado em relação à crianças e adolescentes. E o questionamento que surge é: essas políticas públicas de proteção à crianças e adolescentes têm sido efetivas? As execuções dessas políticas são feitas de forma assertiva? De modo que as crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados tenham a oportunidade de vivenciar a garantia desses direitos? Nesse contexto, realizar uma revisão bibliográfica em relação à produção de conhecimento acerca dessa temática, nos auxilia a responder tais questionamentos. A revisão bibliográfica nos fornece um panorama das produções científicas acerca da temática proposta e nos possibilita, também, identificar representações sociais hegemônicas sobre as instituições de acolhimento.

A partir do questionamento inicial deste trabalho de pesquisa, sobre a assertividade da execução das políticas de proteção à criança e ao adolescente realizadas pelas Unidades de

Acolhimento Institucional no Brasil, e sobre a segurança dos direitos da criança e do adolescente em situação de violação, o objetivo do presente recorte de pesquisa é identificar as produções científicas utilizadas no campo de conhecimento sobre o SUAS, que se vinculam ao serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil. A produção dos dados constitui-se em levantamento realizado no banco de dados do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Destacamos que esse processo é resultado de extensas discussões sobre o papel da psicologia nas políticas públicas. No Brasil, pesquisadoras como Ana Bock e Silvia Lane promoveram debates sobre a necessidade de abordagens ancoradas em um compromisso social que supere práticas individualizantes e naturalizantes, que caracterizaram os primeiros anos da profissão.

Conforme observado por Souza e Gonçalves (2017), os padrões históricos de subalternidade, submissão e autoritarismo ainda persistem na política de assistência social do Brasil. Isso significa que ainda há contradições, que refletem a reprodução das relações sociais no sistema capitalista, abordando também questões relacionadas à desigualdade social e de gênero.

Nas primeiras décadas do século XXI, movimentos conservadores promovem narrativas que responsabilizam as famílias pelas disparidades sociais. Esses discursos também influenciam as práticas profissionais, contribuindo para uma abordagem da psicologia que tende a aceitar e normalizar tais fenômenos, favorecendo os discursos de poder que afetam a maioria da população.

De acordo com Passos et al. (2023), essas ideias e declarações são legitimadas por discursos políticos que demonstram desdém pelas questões identitárias e pela proteção dos mais vulneráveis. Além disso, observamos uma tendência para a fiscalização não apenas do uso do dinheiro e da pobreza, mas também da condição de ser mulher em situação de pobreza.

O serviço de acolhimento no Brasil é um serviço ofertado pelo Sistema Único de Assistência Social, dentro da Política de Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Observa-se que muitos assistidos por essas políticas públicas não permanecem nas instituições, assim, acabam por voltar para o ambiente que viola seus direitos básicos. Nesse sentido, surge o questionamento se essas políticas têm sido efetivas no seu papel protetivo. Com a intensão de encontrar direcionamento científico para tal questionamento, realizamos um levantamento bibliográfico sobre o que tem sido estudado pela comunidade acadêmica a respeito do acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil.

2.1 O que as pesquisas sobre a proteção e acolhimento de crianças apresentam:

Este estudo da literatura sobre a proteção e acolhimento de crianças, foi realizado a partir da revisão integrativa da literatura, que consiste em realizar a revisão estruturada e metódica, visando responder a seguinte questão: essas políticas públicas de proteção às crianças e adolescentes têm sido efetivas? As execuções dessas políticas são feitas de forma assertiva? De modo que as crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados tenham a oportunidade de vivenciar a garantia desses direitos, com estabelecimento de critérios de inclusão, exclusão e análise cuidadosa dos resultados?

O levantamento das informações foi realizado por meio do Portal de Periódicos da CAPES, no dia 10 de fevereiro de 2024, constituindo a primeira etapa do estudo e atendendo ao objetivo específico, que consistiu em identificar produções com diferentes epistemologias. A segunda etapa foi destinada à identificação das produções científicas realizadas na área da psicologia. A terceira e última etapa dessa revisão de literatura, incluiu como critério selecionar as produções realizadas que apresentavam a perspectiva teórica das representações sociais.

Para esse primeiro momento, foi utilizado os seguintes descritores: Acolhimento institucional de crianças e adolescentes. Nessa etapa, o objetivo foi o levantamento bibliográfico das produções científicas de diversas áreas do conhecimento, sem restringir as produções voltadas para a psicologia. Foram localizados 17 artigos indexados, dos quais fez-se leitura dos títulos, dos resumos e das referências bibliográficas para análise.

Os critérios de exclusão utilizados foram a indisponibilidade do texto na plataforma, a duplicação de artigos e os artigos que falam sobre instituições de acolhimento institucional para criança e adolescentes fora do Brasil, resultando em nove artigos para serem analisados.

2.2 As Políticas de Proteção Social: quem acolhe e como acolhe crianças e adolescentes.

A análise dos nove artigos selecionados revelou uma diversidade de abordagens e perspectivas sobre o acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil. O estudo realizado por Almeida e Azevedo (2017) avaliou o papel das instituições sob a ótica da arquitetura, investigando se a função acolhedora pode estar relacionada com a estrutura física e contribui para o bem-estar dos acolhidos. Costa (2022) explorou o tema a partir da Teoria Contingencial, discutindo o funcionamento das instituições, enquanto Mallart (2020) utilizou a perspectiva sociológica para abordar a questão.

Iannelli, Assis e Pinto (2013) trataram da reintegração das crianças acolhidas ao convívio familiar, refletindo sobre os desafios e possibilidades desse processo. Cristina et al. (2015) centraram sua pesquisa no trabalho técnico de um enfermeiro em unidades de acolhimento, destacando a relevância do cuidado especializado no contexto institucional.

Silva e Oliveira (2023) aplicaram a fenomenologia como base metodológica e, por meio de entrevistas semiestruturadas e observações, identificaram que muitas crianças percebem o abrigo como uma forma de punição. Além disso, os artigos de Gomes, Mishima-Gomes e Corradi (2021) e Paulino e Mota (2020) fundamentaram-se na psicanálise freudiana, enquanto outro adotou a perspectiva winicotiana, abordando aspectos subjetivos e psicológicos das crianças institucionalizadas.

Por fim, Miranda e Oliveira (2018) discutiram o acolhimento institucional de crianças e adolescentes sob a perspectiva da ciência política. A partir da análise do Censo SUAS, os autores apontaram que, embora o número de crianças e adolescentes encaminhados a essas instituições tenha diminuído ao longo do tempo, o acolhimento ainda não ocorre de forma excepcional, como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Os artigos estão apresentados na Figura 1:

Figura 1 – Quadro 1 - Artigos Analisados, descritores: Acolhimento institucional de crianças e adolescentes:

Nº	Título	Autoria	Revista	Ano
1	Como a casa acolhe? O olhar de crianças e adolescentes de uma comunidade de baixa renda em Juiz de Fora, MG	Mariana Marques Almeida; Giselle Arteiro Nielsen Azevedo	Revista Projetar	2017
2	A política de assistência social das unidades de acolhimento para crianças e adolescentes sob a análise da teoria contingencial	Graciane Oliveira Costa	Revista Produção e Desenvolvimento	2022
3	Reintegração familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional em municípios brasileiros	Andrea M. Iannelli; Simone Gonçalves Assis; Liana Wernersbach Pinto	Ciência & saúde coletiva	2013

	de diferentes portes populacionais.			
4	Ser criança em de instituição acolhimento.	Lucia Cecilia da Silva; Alexsandra Oliveira	Contradição (Paranavaí)	2023
5	Cuidado institucional a crianças e adolescentes usuários de drogas.	Julia Corrêa Gomes; Fernanda Kimie Tavares Mishima-Gomes; Clarissa Mendonça Corradi	Estudos de Psicologia	2021
6	Construção do caso clínico em psicanálise: contribuições ao serviço de acolhimento institucional	Luana Cardoso Paulino; Juliana Meirelles Mota	Pretextos	2020
7	O arquipélago	Fabio Mallart	Tempo social: revista de sociologia da USP	2020
8	Capacidade estatal e eficácia na política de atenção a crianças e adolescentes	Geralda Luiza Miranda; Valéria Cristina de Oliveira.	Revista do Serviço Publico	2018
9	Fatores de Proteção sob o Olhar de Adolescentes Vitimizados e Institucionalizados	Rodarte Oliveira, Bárbara Cristina; Monique Carlos Diene; Jéssica Totti Leite; Maria Aparecida Beserra; Vanessa Garcia Oliveira; Maria das Graças Carvalho Ferriani.	Referência	2015

FONTE - Revisão da literatura – Duarte (2024)

A segunda etapa do levantamento dos estudos produzidos foi realizada no Portal de Periódicos da CAPES e foram utilizados os seguintes descritores: abrigo; criança; adolescente; e SUAS. Com esses descritores foram localizados 117 artigos indexados, desde o ano de 1991 até 2023. Realizamos nova busca com artigos mais recentes com um recorte temporal de cinco anos, assim, o ano de publicação a partir de 2017. Localizamos 40 artigos indexados, destes, apenas 4 são da área da psicologia. Realizamos a leitura dos títulos, dos resumos e das referências bibliográficas para realizar a análise.

Com isso, foi possível observar que dos 4 artigos, o artigo escrito por Pagnota e Prebianchi (2021) tem como objetivo avaliar o nível de estresse de trabalhadores de abrigo, utilizando o método coping. Outro artigo escrito por Silva et al (2019) fez um estudo descritivo e comparativo sobre o desenvolvimento motor e a habilidade de aprender de crianças institucionalizadas e crianças que habitam junto a sua família de origem. Encontramos um artigo com a fundamentação teórica psicanalítica escrito por Chicralla e Caldas (2019), o qual faz a relação entre a instituição acolhedora e a política pública de assistência social; tal artigo visa discutir as possibilidades de atuação do psicólogo dentro da instituição por uma ótica da psicanálise lacaniana. O artigo escrito por Caldeira et al (2021) teve por objetivo compreender o processo de trabalho dos educadores sociais das instituições de acolhimento para crianças e adolescentes, a fundamentação teórica dessa pesquisa foi a psicanálise, e como organização dos dados coletados, os autores utilizaram a análise de conteúdo. Os artigos estão mencionados na Tabela II.

Figura 2 – Quadro 2 - Artigos Analisados descritores: abrigo; criança; adolescente; e SUAS

Nº	Título	Autorias	Revista	Ano
1	Estresse e Estratégias de Enfrentamento em Profissionais de Abrigos Institucionais.	Rosângela Maria Negri Ferrão Pagnota; Helena Bazanelli Prebianchi	Psicologia, ciência e profissão	2021
2	Desenvolvimento e controle motor de indivíduos institucionalizados em abrigos.	Cássia Kelly Silva; Camila Nascimento Sobrinho; Maria Paula Souza Silva; Aline Sanchez Ferrari; Tania Brusque Crocetta; Carlos Bandeira de Mello Monteiro; Deborah Cristina Gonçalves Luiz Fernani; Maria Tereza Artero Prado Dantas	Conscientiae saúde	2019
3	Adolescência e política pública: a prática psicanalítica em abrigo institucional.	Arthur Cardoso Chicralla; Heloisa Caldas	Affectio societatis	2019

4	Grupos de reflexão com educadoras sociais: análise do trabalho em abrigo.	Matheus Colombari Caldeira; Liliana Scatena; Cintia Aparecida Forner Gonçalves; Rodrigo Mostaço Andrade	Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social	2021
---	---	---	--	------

FONTE: Revisão de literatura – Duarte (2024)

Na terceira e última etapa da revisão de literatura, foram utilizados os seguintes descritores: abrigo; SUAS; e Teoria das Representações Sociais. Desta forma, foram localizados 4 artigos indexados. Como feito nos blocos anteriores, foram realizadas leituras dos títulos, resumos e referências bibliográficas desses artigos. Assim, observa-se que: um discorre sobre a formação do gestor escolar no contexto do desenvolvimento das teorias curriculares, assim, esse artigo foi excluído por não ter relação com o tema de nossa pesquisa; outro artigo também foi excluído pois estava indisponível. Os artigos estão mencionados na Tabela III, organizados por nome do artigo, autores, revista que foram publicados e ano de publicação.

Figura 3- Quadro 3 - Referente ao terceiro bloco da revisão de literatura

N ^a	Título	Autoria	Revista	Ano
1	Entre a caridade, a filantropia e os direitos sociais: representações sociais de trabalhadoras do care.	Rosemeire Aparecida Scopinho; Anadélia Rossi	Estudos de Psicologia	2017
2	Crianças em situação de rua falam sobre os abrigos.	Moneda Oliveira Ribeiro; Maria Helena Trench Ciampone	Revista da Escola de Enfermagem da U S P	2002

FONTE: Revisão de literatura – Duarte (2024)

Os artigos feitos por Scopinho e Rossi (2017) que têm como fundamento metodológico a Teoria das Representações Sociais utilizam-se do método de análise de conteúdo para chegar até a representação social da população por eles estudadas. O artigo “Entre a caridade, a filantropia e os direitos sociais: representações sociais de trabalhadoras do care”, nos aponta que o trabalho em uma unidade de acolhimento está relacionado à questão de gênero, haja vista

que é associado às funções ditas femininas. Essa representação social, de que o trabalho de cuidado é feito apenas por mulheres, nos distancia da função das políticas de assistência social.

O artigo de Ribeiro e Ciampone (2002) intitulado: “Crianças em situação de rua” discorre acerca dos abrigos sob a ótica das crianças. O referido estudo foi realizado no ano de 2002 e chegou à conclusão que os abrigos daquela época tratavam os acolhidos conforme o tratamento da extinta Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (FEBEM). O artigo destaca que as unidades de acolhimento não eram um lugar agradável para os abrigados que ali se encontravam. As crianças e adolescentes participantes da pesquisa relatam falta de afeto, desrespeito e frieza por parte dos trabalhadores das instituições.

Na perspectiva da TRS, segundo Jodele (2009), as características fundamentais de representação de um fenômeno social são: 1 – representar é sempre de alguma coisa, objeto ou alguém; 2 – tem uma relação com seu objeto de simbolização e interpretação; 3 – será apresentada como uma forma de saber: de modelização do objeto diretamente legível em diversos suportes linguísticos, comportamentais ou materiais – ela é uma forma de conhecimento; e 4 – qualificar esse saber prático se refere à experiência a partir da qual ele é produzido, aos contextos e condições em que ele o é e, sobretudo, ao fato de que a representação serve para agir sobre o mundo e o outro.

3. CAMINHOS PERCORRIDOS E BATALHAS VIVENCIADAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

A pesquisa sobre as representações sociais de trabalhadores em uma unidade de acolhimento institucional oportuniza a compreensão das representações sociais construídas sobre as instituições de acolhimento, como também possibilita uma análise crítica dos caminhos percorridos para a construção da política pública de assistência social, especialmente no que se refere à proteção de crianças e adolescentes. Compreender esse percurso é essencial para contextualizar a atual realidade do acolhimento institucional e avaliar como as representações sociais se transformaram ao longo do tempo.

Para oferecer uma análise completa e contextualizada, é fundamental explorar os aspectos históricos que concorreram o desenvolvimento da assistência social, desde suas origens até o presente momento no qual dissertação está sendo escrita. O percurso histórico da constituição da política pública de assistência social nos mostra como as diferentes fases e mudanças socioeconômicas influenciaram a forma como as políticas voltadas à proteção de crianças e adolescentes foram construídos e solidificados.

Desta forma, nossa jornada de percorrer os caminhos e olhar para as “batalhas” que, a população mais vulnerável economicamente passou, se inicia no período anterior a revolução industrial. Destarte, em meados do século XVIII, havia as legislações que já propunham políticas para atender populações em condições vulneráveis, contudo, essas iniciativas frequentemente enfatizavam o controle e a repressão, ao invés de promoverem o bem-estar social. A partir do século XIX, com o avanço do capitalismo e a separação entre a força de trabalho e os meios de produção, a vulnerabilidade econômica dos trabalhadores aumentou, consolidando as demandas necessárias dos movimentos sociais e de trabalhadores por políticas mais abrangentes de assistência social.

Posteriormente, percorremos os caminhos históricos da consolidação da assistência social como política de Estado no Brasil. E para tanto, faz-se necessário destacar o marco significativo representado pela Constituição de 1988. Esse documento foi um divisor de águas na consolidação das políticas públicas de assistência social no país, estabelecendo princípios e diretrizes para a proteção social. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, foi um avanço fundamental, pois instituiu os direitos fundamentais de crianças e adolescentes e orientou a formulação de políticas públicas específicas voltadas para a

promoção, proteção e defesa desses direitos. O ECA estabeleceu uma base sólida para a construção de um sistema de proteção mais eficaz e inclusivo.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993, e a tipificação dos serviços socioassistenciais em 2009 foram marcos importantes que estruturaram o acolhimento institucional como um componente essencial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Essas regulamentações consolidaram a função do acolhimento institucional como uma medida de proteção para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, assegurando um padrão mais uniforme e abrangente de atendimento.

Portanto, este estudo não se limita a investigar as representações sociais dos trabalhadores da unidade de acolhimento, mas também se insere em um panorama histórico mais amplo. A análise busca entender como as políticas públicas de assistência social, com especial atenção para a infância e adolescência, foram desenvolvidas e implementadas ao longo do tempo. Também, examina como essas políticas estão configuradas no contexto atual, oferecendo uma visão crítica e abrangente sobre os avanços e retrocessos ao longo dessa trajetória histórica. Este enfoque proporciona uma compreensão contextualizada das práticas realizadas no âmbito da assistência, e também nos permite compreender a formação das representações sociais sobre o acolhimento institucional de crianças e adolescentes.

3.1 Primeiros passos: Marcos históricos da Política de Assistência Social.

Levando em consideração o objeto dessa pesquisa, que é analisar as representações sociais de trabalhadoras e trabalhadores de uma unidade de acolhimento institucional sobre a própria instituição acolhedora, precisamos compreender o contexto histórico e social no qual a política pública de assistência social se constituiu.

Ao se analisar os aspectos históricos da Assistência Social, as autoras Behring e Boschetti (2006) nos indicam que não é possível atribuir a um período específico do seu surgimento:

“Sua origem é comumente relacionada aos movimentos de massa social-democrata e ao estabelecimento dos Estados-nação na Europa ocidental no final do século XIX (Pierson, 1991), mas sua generalização situa-se na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, em especial na sua fase tardia, após a segunda guerra mundial” (Pierson apud Behring e Boschetti, p. 47, 2006).”

Naquele contexto, a assistência social se constituiu como uma ferramenta de manutenção de uma ordem social e punição à chamada vagabundagem. Os sujeitos, público

dessas ações, não eram vistos como sujeitos de direitos, mas sim como sujeitos destinados para o assistencialismo e a filantropia. “As sociedades pré-capitalistas não privilegiavam as forças de mercado e assumiam responsabilidades sociais, não com o fim de garantir o bem comum, mas com o intuito de manter a ordem social e punir a vagabundagem” (Behring e Boschetti, p. 47, 2006).

Diante esse cenário de pré-revolução industrial, algumas legislações propunham políticas para dar assistência social às populações em condições vulneráveis. No entanto, o objetivo de tais leis e normas não era de proteção e produção de bem-estar social, mas sim promoviam a coerção e repressão ou então, tinham caráter mais voltado ao assistencialismo. Como exemplo dessa dimensão jurídica, tem-se os documentos: “Estatuto dos trabalhadores”, de 1349; Estatuto dos Artesão, 1563 e a “Leis dos pobres Elisabetanos”, 1601 entre outros. Segundo a análise de Behring e Boschetti (2011), fundamentada pela ótica de Castel (1998), essas leis tinham em comum estabelecer o trabalho como necessário, ao passo que o trabalhador deveria aceitar qualquer coisa que lhe fosse oferecido, configurando assim, um controle do estado em relação ao trabalhador.

A necessidade de se constituir uma Política Pública de Assistência Social advém de uma organização social a qual coloca alguns seres humanos em situações de vulnerabilidade econômica, enquanto, outros seres humanos, estão acumulando meios de subsistência para além da sua necessidade. Essa forma desigual de usufruir dos recursos disponíveis para a existência é um fenômeno criado pelo capitalismo. Um questionamento que se deve fazer, para compreender a forma de organização da sociedade e como chegamos até o modelo atual de produção capitalista, é preciso identificar e analisar qual é a origem da pobreza.

Segundo Lessa e Tonet (2011), a pobreza é um fenômeno que precede o capitalismo e tem suas raízes na exploração do ser humano por outro ser humano. Essa exploração começou a se manifestar com o surgimento da agricultura e da pecuária, atividades que permitiram pela primeira vez que os seres humanos produzissem mais do que precisavam para sobreviver, gerando um excedente de produção. Conforme os autores destacam, esse excedente abriu a possibilidade de alguns indivíduos controlarem os recursos, e assim, passou a existir uma divisão entre aqueles que detinham os meios de produção e aqueles que eram obrigados a trabalhar para sobreviver.

Essa nova forma de relação social, baseada na exploração, evoluiu ao longo dos séculos e se consolidou de maneira mais agressiva com a consolidação do capitalismo. O sistema capitalista, ao separar o trabalhador dos meios de produção, intensificou a vulnerabilidade

econômica daqueles que dependiam exclusivamente da venda de sua força de trabalho para subsistir. Nessa dinâmica, o trabalhador deixou de trabalhar diretamente para suprir suas necessidades e passou a depender do mercado, no qual vende sua força de trabalho em troca de salário, submetido às flutuações econômicas e aos interesses do capital. Assim, o capitalismo não apenas perpetua, mas também acentua as desigualdades sociais, concentrando riqueza nas mãos de poucas pessoas enquanto uma grande parcela da população permanece em situação de pobreza e exploração.

Nas sociedades chamadas de primitivas, segundo Lessa e Tonet (2011) havia uma relação muito mais direta entre o trabalho e o usufruto dos bens produzidos, já que todos os membros da comunidade trabalhavam e usufruíam coletivamente do resultado de seu trabalho. Nesses contextos, a exploração sistemática de uns sobre os outros não era uma característica estrutural. Com o surgimento das sociedades mais complexas, baseadas em excedentes de produção, essas dinâmicas se alteraram profundamente, gerando classes sociais e relações de poder baseadas na exploração.

Ao olhar para a história sob a perspectiva da classe trabalhadora e dos mais pobres — ou seja, da maioria da população mundial —, fica evidente que a política social, tal como a conhecemos hoje, foi em grande parte criada para atender aos interesses de um Estado que buscava manter controle sobre essas populações vulneráveis. Inicialmente, as políticas sociais não surgiram necessariamente como um esforço genuíno para melhorar as condições de vida dos trabalhadores/as, mas sim como uma resposta à necessidade do Estado de lidar com os problemas sociais que emergiam com a industrialização e o crescimento urbano descontrolado. Essas políticas, muitas vezes, tiveram como principal objetivo conter revoltas e acalmar tensões sociais, mantendo a ordem e a estabilidade para o funcionamento do sistema capitalista.

No entanto, ao longo do tempo, especialmente com o fortalecimento dos movimentos de trabalhadores/as e das lutas sociais, essas políticas sociais começaram a ser vistas também como direitos, exigidos pela classe trabalhadora como forma de garantir sua sobrevivência e dignidade. A luta por melhores condições de vida, salário justo, acesso à saúde, educação e previdência foi uma reação direta à exploração capitalista e à tentativa do sistema de subordinar completamente a força de trabalho aos interesses do lucro. Dessa maneira, as políticas sociais evoluíram, mas sua gênese continua profundamente ligada à necessidade do Estado de controlar a população trabalhadora e minimizar os impactos das desigualdades geradas pelo capitalismo.

Na trajetória histórica de proteção e amparo a crianças e adolescentes, um importante dispositivo que se destaca é a roda dos expostos, também conhecida como roda dos enjeitados.

Esta roda foi concebida com o objetivo de acolher as crianças recém-nascidas que eram deixadas nas ruas das cidades europeias no século XVII. De acordo com Paulino (2016), “O abandono anônimo infantil constituía uma prática legal, à semelhança de outros Estados europeus, com destaque para o Sul católico, nomeadamente, Espanha, França e Itália” (Paulino, p. 212, 2016). A autora explica que a prática de abandono infantil cresceu significativamente durante o século XIX e passou por modificações após apelos da sociedade portuguesa em meados do século XX.

O nome "Roda dos Expostos" deriva do dispositivo projetado para permitir o abandono seguro de bebês indesejados. Esse mecanismo, com formato cilíndrico e dividido ao meio por uma divisória interna, era montado na parede ou na janela das instituições. Do lado externo do muro, aqueles que desejavam abandonar uma criança colocavam-na na abertura externa do dispositivo. Ao girar a roda, o bebê era transferido para o lado interno da instituição. Para alertar a vigilante ou a pessoa responsável pelo recebimento da criança, uma cordinha com uma sineta era puxada, e o responsável pelo abandono se retirava rapidamente do local, garantindo assim o anonimato.

“Observa-se que a roda dos enjeitados, cujo nome remete à exclusão, na verdade, foi uma estratégia de integração ao fazer crianças pertencerem a uma sociedade estruturada de forma preconceituosa. Segundo Irene Rizzini (1997), as crianças postas em rotação no mecanismo circular não estavam expul-sas do mundo que girava em torno delas; as crianças na roda eram crianças com vida, integradas a uma sociedade que se negava a reconhecê-las enquanto vida legítima (Silva e Galindo, p.4 2024).

As instituições que possuíam essas rodas estavam estrategicamente localizadas fora dos centros urbanos para assegurar a privacidade de quem estava abandonando a criança. Neste contexto histórico, Paulino (2016) relata: “O abandono passou-se a reger pelo silêncio, segredo e anonimato, não se penalizando ou tentando identificar os expositores” (Paulino, p. 214, 2016).

Essa prática foi introduzida no Brasil durante o período de colonização portuguesa, com a intenção de reduzir a quantidade de bebês abandonados nas ruas. Assim, a roda dos expostos ou enjeitados foi instalada no país, seguindo o modelo europeu, para oferecer uma alternativa segura e discreta para o abandono de crianças. Na próxima seção, abordaremos sobre como foi essa prática no Brasil.

3.2 Nossos passos nos conduzem à política social e ao olhar sobre a infância no Brasil.

Nossa caminhada nos leva até o Brasil, nosso país que foi colonizado pelo continente europeu, principalmente pelos Portugueses, com a chegada da caravela de Pedro Álvares Cabral

em 1500. Esse processo de colonização, importamos também problemas que eram do outro continente. Diante esse contexto, destacamos os problemas sociais, como o abandono de crianças e adolescente.

Ao refletir sobre a criança, um outro termo ou categoria teórica se apresenta, que é a infância. Para compreendermos o significado do termo infância, recorreremos ao autor e a autora Demathé e Cordeiro (2009), que fornecem uma definição. Segundo os autores, o conceito de infância realiza um recorte específico ao separar esta fase da vida da fase adulta, definindo-a como uma categoria geracional distinta. Essa distinção não é apenas teórica, mas tem implicações práticas, especialmente no que diz respeito à formulação de políticas públicas.

Conforme afirmam a autora e o autor, “a conceitualização de infância, enquanto categoria geracional separada do adulto, sustenta a preocupação em orientar as políticas públicas no sentido de garantir os direitos da infância e lhe proporcionar melhores condições de vida” (Demathé e Cordeiro, 2009, p.121). Ou seja, essa definição tem como principal objetivo direcionar ações governamentais e sociais para assegurar que as crianças tenham seus direitos plenamente respeitados, além de se buscar continuamente a melhoria das condições de vida das mesmas, garantindo um desenvolvimento saudável e adequado a essa fase da vida. Assim, o conceito de infância torna-se essencial para entender as responsabilidades coletivas que a sociedade tem em relação às novas gerações.

“A criança foi considerada, até perto de nossos dias, como incapaz, juridicamente dependente e submissa ao Pátrio Poder. Só se tornou sujeito de Direitos e prioridade absoluta da nação, depois dos anos de 1950, e em particular com consequência da Declaração Universal dos Direitos da Criança, ONU (1959)⁴ (Marcilio, p. 336, 2009).”

Ressaltamos que essa população que está na categoria infância, depende do cuidado de um adulto para ter acesso aos seus direitos básicos e se desenvolver para a vida adulta. Assim, se faz necessário uma política de estado para garantir a proteção de crianças e adolescentes.

Como abordado na seção anterior, a roda dos expostos ou a também chamada roda dos enjeitados foi adotada como prática no Brasil colônia. Com intensa proliferação dessa prática na Europa do século XVIII encontra repercussão no território brasileiro.

Conforme destacado por Ceccin e Palombini (2009), as Rodas dos Enjeitados chegaram oficialmente ao Brasil em 1726, sendo a primeira instalada em Salvador. Na Santa Casa da Misericórdia da Bahia. Logo depois, essa estrutura foi implementada em outras capitais importantes, como Rio de Janeiro em 1738, Recife em 1789, São Paulo em 1825, São Luiz em 1829, e Porto Alegre em 1837. Cada uma dessas Santas Casas passou a desempenhar um papel fundamental na assistência a essas crianças, que eram entregues sem identificação, permitindo

às mães, geralmente em situações de extrema pobreza ou que por alguma razão, o bebê estivesse fora dos padrões sociais daquele contexto histórico poderiam abandonar os filhos de maneira sigilosa.

A prática de abandonar crianças nas rodas dos expostos se prolongou por vários anos, atravessando o período colonial e também o Império. Durante o século XIX, essa prática continuou a ser comum, ainda que as discussões sobre os direitos da criança e os impactos sociais desse abandono comessem a emergir. Mesmo assim, a roda representava, em muitos casos, a única alternativa para mães sem condições de criar seus filhos, em uma época onde os recursos sociais eram limitados e o apoio à maternidade fora do casamento praticamente inexistia.

Com o advento da República e as mudanças nas políticas sociais e na organização do Estado brasileiro, a roda dos expostos passou a ser progressivamente substituída por outras formas de assistência social. O abandono institucionalizado, que outrora parecia uma solução viável, passou a ser visto com novos olhos à medida que o Brasil se modernizava e avançava no campo dos direitos humanos. Por fim, a roda dos expostos foi extinta, mas o seu legado permaneceu como uma reflexão sobre as condições sociais da época e a forma como o abandono infantil foi tratado ao longo da história.

No Brasil, a trajetória da política de assistência social voltada à infância começou a ganhar contornos mais estruturados ao longo do século XX, em resposta à crescente demanda por proteção e cuidados adequados para crianças e adolescentes. Um dos primeiros marcos nesse processo foi o Código de Menores de 1927, que representou um avanço significativo ao proibir a prisão de crianças e adolescentes, os quais, até então, eram frequentemente tratados da mesma forma que adultos no sistema penal. Esse código marcou o início de um reconhecimento mais claro da necessidade de diferenciar o tratamento dispensado a menores, refletindo uma preocupação emergente com a proteção da infância no Brasil.

Contudo, apesar de representar um avanço em relação à legislação anterior, o Código de Menores de 1927 ainda apresentava limitações importantes. Ele não fazia uma distinção explícita entre as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, que necessitavam de assistência social, e aqueles que estavam em conflito com a lei. Essa falta de diferenciação resultava, muitas vezes, na adoção de medidas inadequadas para aqueles que, em vez de punição, precisavam de proteção, cuidados e suporte social. A legislação tendia a ver a infância e a adolescência por uma ótica repressiva, com foco maior na correção do comportamento e no

controle social, em detrimento de políticas que promoviam a inclusão social e o desenvolvimento integral.

Esse enfoque contribuiu para uma marginalização ainda maior de crianças pobres e vulneráveis, muitas vezes vistas como "ameaças à ordem", perpetuando uma visão que culpabilizava as próprias vítimas da exclusão social. O sistema, em sua essência, continuava a misturar, no mesmo ambiente institucional, aqueles que cometiam infrações e aqueles que simplesmente eram vítimas de abandono ou miséria, reforçando estigmas e perpetuando um ciclo de exclusão.

A criação do Código de Menores, em 1927, deve ser vista como um marco importante, mas ainda insuficiente, na consolidação de uma política de proteção à infância no Brasil. Ele representou um esforço inicial para organizar a assistência a crianças e adolescentes, especialmente aqueles em situação de abandono ou delinquência, mas falhou em construir um sistema eficaz que garantisse seus direitos sociais e humanos. O código não diferenciava adequadamente entre crianças em situação de vulnerabilidade e aquelas em conflito com a lei, tratando ambas as situações de forma indistinta, sob o conceito de "situação irregular". No artigo 1º do Código, fica claro que qualquer criança ou adolescente abandonado ou que tivesse cometido algum ato infracional, seria submetido às medidas de proteção ou assistência, sem distinção entre os diferentes contextos que motivavam essas condições.

Nesse período, crianças e adolescentes considerados "irregulares" eram enviados a reformatórios, locais caracterizados pela ausência de garantias de direitos e pela exclusão do convívio social e familiar. Nessas instituições, a educação formal e o direito à convivência com suas famílias eram negados, o que reforçava a marginalização desses sujeitos. Embora o Código de Menores tenha marcado um avanço inicial ao reconhecer a necessidade de medidas de proteção, ele não concedia direitos plenos às crianças e adolescentes, mantendo-os à margem do sistema legal e social vigente.

Durante a Era Vargas (1930-1945), o Brasil passou por transformações profundas em várias esferas sociais, econômicas e políticas. Um dos aspectos mais marcantes foi o avanço da institucionalização de políticas de assistência social. Embora o período tenha trazido melhorias consideráveis, a proteção à infância e à adolescência ainda enfrentava muitos desafios e limitações. Foi nesse contexto que surgiram instituições como a Legião Brasileira de Assistência (LBA), criada em 1942, com o objetivo de prestar ajuda às famílias carentes, especialmente durante a Segunda Guerra Mundial.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), promulgada em 1943, foi um marco na história do trabalho no Brasil, estendendo importantes direitos aos trabalhadores formais, como a jornada de trabalho regulamentada, férias remuneradas, e acesso à previdência social. Embora esses avanços fossem fundamentais para a classe trabalhadora, a CLT não contemplava, de maneira efetiva, os direitos específicos de crianças e adolescentes. Naquele momento, a infância ainda era vista como uma fase em que os indivíduos deveriam se adaptar às condições impostas pelo trabalho ou, muitas vezes, eram relegados à assistência meramente caritativa, liderada por iniciativas de caridade privada ou pelo papel simbólico da primeira-dama. A perspectiva de direitos das crianças e adolescentes como sujeitos de proteção do Estado não estava consolidada, sendo frequentemente negligenciada.

Apesar dessas deficiências, o governo Vargas foi responsável por lançar as bases de um sistema mais formal de assistência social no Brasil, e esse período marcou o início de um lento processo de reconhecimento da necessidade de políticas públicas voltadas para a infância e juventude.

Com o golpe de estado e a chegada da Ditadura Militar em 1964, as políticas de assistência social passaram por transformações que refletiam a ideologia autoritária do novo regime. Nesse contexto, surgiu a necessidade de criar diretrizes mais centralizadas e homogêneas para o cuidado das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, sobretudo aquelas que viviam em condições de extrema pobreza ou em situação de rua.

Foi então que o regime militar criou a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), em 1964, com o objetivo de coordenar, em âmbito nacional, as políticas de proteção e cuidado das crianças consideradas "em situação irregular". Nos estados, foram instituídas as FEBEMs (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor), que tinham funções similares à FUNABEM, mas atuavam em níveis regionais. A concepção de "situação irregular" adotada pelo regime baseava-se, muitas vezes, em uma visão estigmatizada da pobreza. Crianças que viviam nas ruas ou em lares com estruturas diferentes do que era pregado como uma estrutura familiar, ou seja, lares com estrutura fora do modelo patriarcal. Assim, eram vistas como um problema social, necessitando de intervenções do Estado que, na prática, significavam sua institucionalização em abrigos ou reformatórios.

Vale ressaltar que a maioria dessas crianças e adolescentes era oriunda de famílias de baixa renda, que enfrentavam imensas dificuldades econômicas. Essas famílias, em muitos casos, recorriam às ruas como forma de sobrevivência. As crianças trabalhavam em semáforos, pedindo esmolas ou vendendo pequenos produtos, e em algumas situações acabavam

cometendo pequenos furtos. Essa realidade criou uma narrativa que associava a pobreza infantil à delinquência, levando o Estado a adotar medidas punitivas e repressivas, em vez de políticas inclusivas que buscassem compreender e resolver as causas profundas da desigualdade social.

A lógica predominante da FUNABEM e das FEBEMs era a da "correção" da criança e do adolescente, muitas vezes por meio de métodos severos de internamento e controle. Essa abordagem, no entanto, foi alvo de críticas ao longo dos anos, especialmente por não abordar as causas estruturais da pobreza e por tratar crianças e adolescentes como um "problema a ser resolvido", em vez de como sujeitos de direitos.

Segundo Tomassaki (1988), a atuação da FUNABEM ao longo das décadas de 1960 e 1970 não avançou significativamente na proteção efetiva de crianças e adolescentes. Em um fascículo publicado em 1988 pela revista Agência Folha, Tomassaki chamou a atenção para a necessidade de uma mudança profunda nos métodos utilizados pela fundação. A citação abaixo, a qual foi pronunciada pela então presidente da FUNABEM Mariana Bandeira, ilustra os desafios enfrentados e as perspectivas de transformação:

1988 será, sem dúvida, um ano em que todos nós da FUNABEM teremos a oportunidade de solidificar o processo de mudança nos métodos e no tipo de atendimento prestado até agora às crianças e adolescentes em dificuldade no Brasil. A experiência passada nos mostrou que as antigas formas de internamento indiscriminado de menores e a centralização de recursos em órgãos estaduais específicos não funcionaram. Em 1986, iniciamos o processo de municipalização, com a descentralização de recursos técnicos e financeiros, apoiando iniciativas que demonstraram eficácia nos mais distantes pontos do país. Em 1987, esse processo continuou, e, em 1988, vamos acelerar ainda mais, firmando contratos diretamente com entidades sociais, prefeituras e órgãos públicos que comprovem eficiência no atendimento a essas crianças e jovens. Para isso, vamos fortalecer as representações da FUNABEM nos estados, capacitando as equipes técnicas para acompanhar o aumento do trabalho. (Tomassaki, S. p. 2, 1988).

Essa mudança de foco reflete um reconhecimento, ainda que tardio, de que políticas sociais eficazes precisavam ser adaptadas às especificidades regionais e que a proteção infantil deveria ser vista como uma responsabilidade compartilhada entre o Estado, a sociedade civil e as administrações municipais.

A mudança significativa ocorreu com a promulgação da Constituição de 1988, conhecida como a "Constituição Cidadã", que transformou a assistência social em uma política de Estado e garantiu a proteção integral às crianças e adolescentes. A partir desse momento, a seguridade social passou a ser formada por três pilares: previdência, saúde e assistência social. Com essa nova configuração, as políticas de proteção à infância e adolescência também ganharam relevância, e após muitas lutas sociais, foi construído o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990.

O ECA representou uma verdadeira ruptura com as práticas anteriores, ao garantir que as crianças e adolescentes não fossem mais tratados como "menores em situação irregular", mas sim como sujeitos de direitos plenos. Ele estabeleceu que, em qualquer caso de violação de direitos, o Estado deveria intervir para garantir a proteção integral desses jovens. No artigo 3º do ECA, fica claro que as crianças e adolescentes possuem todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral prevista na lei. Isso inclui o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade, conforme também estabelecido pela Constituição de 1988.

Quando ocorrem violações desses direitos, o Conselho Tutelar, também regulamentado pelo ECA, deve ser acionado para tomar as medidas necessárias. Uma dessas medidas é o acolhimento institucional, que deve ser utilizado como último recurso, caso a família não tenha condições de garantir os direitos das crianças e adolescentes. Nesse contexto, a política de Assistência Social, regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, assume um papel central na oferta de serviços de acolhimento.

A LOAS trouxe inovações significativas para a seguridade social, estabelecendo que a assistência social deve ser garantida a todos que dela necessitam, sem exigência de contrapartida. Diferente da previdência social, que exige contribuição prévia, os serviços da assistência social são disponibilizados a partir da comprovação de vulnerabilidade social e econômica. Em 2009, com a tipificação dos serviços socioassistenciais, o acolhimento institucional foi incluído entre os serviços de alta complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o que garantiu uma regulamentação mais sólida e padronizada para o atendimento dessas crianças e adolescentes.

As crianças e adolescentes que são encaminhados ao acolhimento institucional, seja por determinação judicial ou por recomendação do Conselho Tutelar, têm o direito de permanecer por no máximo 18 meses, salvo em casos excepcionais devidamente justificados. Durante o período de acolhimento, a equipe técnica, composta por psicólogos e assistentes sociais, elabora o Plano Individual de Atendimento (PIA), que direciona as ações para garantir os direitos das crianças e adolescentes, além de avaliar a possibilidade de retorno ao convívio familiar.

O retorno à família, quando possível, é monitorado pela equipe técnica, que acompanha a reintegração familiar por até seis meses, realizando visitas regulares e oferecendo orientações. Esse acompanhamento visa garantir que as condições para o exercício dos direitos das crianças e adolescentes sejam efetivamente restauradas. Caso o retorno à família original não seja viável,

o processo de destituição do poder familiar pode ser iniciado, com vistas à colocação dessas crianças em famílias substitutas.

Portanto, o avanço nas políticas de proteção à infância e adolescência no Brasil representa uma longa trajetória de lutas e conquistas, culminando no reconhecimento das crianças e adolescentes como sujeitos de direitos plenos e dignos de proteção integral, como previsto no ECA e nas legislações subsequentes que regulamentam a assistência social no país.

A partir do reconhecimento dos direitos fundamentais estabelecidos pela Constituição de 1988 e pelo ECA de 1990, o Brasil avançou na garantia de uma proteção integral às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, promovendo políticas que visam mitigar os efeitos das desigualdades sociais, como também assegurar o pleno desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social dessa parcela da população.

Contudo, os desafios persistem, especialmente no que tange à efetiva implementação e fiscalização das políticas públicas, bem como à melhoria contínua das condições oferecidas nos serviços de acolhimento institucional. A necessidade de investimentos em formação profissional, estruturação adequada das unidades e acompanhamento integral das crianças e adolescentes acolhidos são pontos cruciais para garantir que tais políticas sejam eficazes e respeitem plenamente os direitos humanos.

4. METODOLOGIA

Considerando os objetivos descritos na introdução desse relatório de pesquisa, este estudo tem a Teoria das Representações Sociais (TRS) como base epistemológica para a análise dos resultados. Desse modo na seção seguinte apresenta-se os aportes teóricos que constituem esta abordagem.

4.1 A teoria das Representações Sociais e seus fundamentos.

A presente pesquisa fundamenta-se epistemologicamente na teoria das representações sociais, uma vez que esta, conforme destaca Rocha (2014), rompe com os paradigmas tradicionais da dicotomia entre o sujeito e o social. Essa teoria, inicialmente desenvolvida por Serge Moscovici, teve sua primeira publicação em 1961, na obra "Psychanalyse: son image et son public", fruto de sua tese de doutorado. Moscovici demonstrou, por meio de sua investigação, como ocorre a elaboração do conhecimento tanto por sujeitos individuais quanto por grupos sociais, e também como conceitos científicos complexos são progressivamente incorporados ao discurso cotidiano das pessoas.

Sob essa perspectiva, a teoria das representações sociais, tal como formulada por Moscovici (1961), oferece um arcabouço para a compreensão das ações e comportamentos de indivíduos e grupos frente a fenômenos sociais. No contexto deste estudo, essa abordagem torna-se particularmente útil para analisar o fazer técnico dos profissionais em relação à instituição em que atuam, permitindo-nos explorar as dinâmicas dessa interação com profundidade. Assim, a teoria das representações sociais servirá como guia para a reflexão e análise do objeto desta investigação.

Moscovici (1961), ao estudar a psicanálise em sua obra, investigou como um conhecimento científico é transformado à medida que penetra a dinâmica social, tornando o conhecimento científico em conhecimento do senso comum. Nesse processo, o saber científico se converte em saber do senso comum, ganhando novas formas e significados no cotidiano. O autor observou, por exemplo, como diferentes grupos que compõem a população francesa construiu representações sobre a psicanálise, fenômeno que reflete as interações entre o conhecimento especializado e o imaginário coletivo. Para desenvolver sua teoria, Moscovici levou em consideração o contexto histórico e social no qual os indivíduos estão inseridos, destacando a importância do contexto social na elaboração dessas representações.

É importante ressaltar que, Moscovici (1961) estava profundamente preocupado com as questões sociais de sua época, especialmente em um contexto marcado pelo racismo, discriminação e regimes totalitários. Embora essas questões permaneçam presentes na sociedade contemporânea, a teoria das representações sociais continua a oferecer uma lente para analisar fenômenos como o racismo, a discriminação e outras formas de injustiça social. Dessa forma, ela pode também contribuir para o desenvolvimento de intervenções que promovam mudanças significativas nas dinâmicas sociais.

Ao utilizar a teoria das representações sociais como base para este estudo, pretendemos investigar não apenas como os profissionais constroem seu saber técnico e suas práticas dentro das instituições, mas também como essas representações podem influenciar suas ações, comportamentos e interações. Este arcabouço teórico, portanto, nos permitirá avançar na compreensão das complexas relações entre o sujeito, o social e o conhecimento técnico-científico, proporcionando uma análise do objeto desta pesquisa.

Serge Moscovici (1961) iniciou sua trajetória investigativa utilizando a psicologia como ferramenta para compreender os fenômenos sociais, reconhecendo a importância dessa ciência no estudo do comportamento humano. No entanto, ele logo identificou limitações significativas na psicologia da época, que se mostrava incapaz de explicar de maneira satisfatória as complexas interações e construções simbólicas presentes na vida social. Nesse ponto, Moscovici percebeu a necessidade de expandir seu arcabouço teórico, voltando-se para as ciências sociais, a fim de obter uma compreensão mais dos fenômenos que envolvem o indivíduo em seu contexto social.

Essa transição reflete uma mudança paradigmática em seu pensamento, onde ele busca integrar a sociologia ao seu trabalho, criando uma abordagem interdisciplinar. Em sua busca por um entendimento mais completo das dinâmicas sociais, Moscovici encontrou em Émile Durkheim uma base teórica relevante. Durkheim, um dos pioneiros da sociologia moderna, dedicou-se ao estudo dos fenômenos sociais, particularmente no que se refere aos aspectos coletivos das representações sociais.

Durkheim (2009) propunha que os fenômenos sociais fossem tratados como “fatos sociais”, ou seja, realidades objetivas que existem externamente ao indivíduo, mas que exercem uma influência decisiva sobre seu comportamento. Ele enfatizava a relevância de instituições, normas e valores como os principais organizadores da vida social. Esse pensamento foi essencial para Moscovici, que buscava entender como o conhecimento e as crenças são compartilhados, transmitidos e transformados dentro de uma sociedade.

Inspirado pelas ideias de Durkheim, Moscovici (1961) começou a formular sua própria teoria das representações sociais. Para ele, os fenômenos sociais não são estáticos; ao contrário, são formados e continuamente modificados pela interação entre o indivíduo e o contexto social. Moscovici percebeu que o conhecimento científico e técnico, ao se disseminar na sociedade, não é absorvido de forma passiva. Em vez disso, é constantemente reinterpretado e adaptado de acordo com as dinâmicas culturais e coletivas. Esse processo de assimilação e transformação do saber especializado pelo senso comum foi fundamental para o desenvolvimento da sua teoria.

No entanto, Moscovici (1961) vai além do pensamento de Durkheim ao reconhecer o papel ativo tanto das instituições quanto dos indivíduos e grupos na construção e transformação das representações sociais. Ele explorou como conceitos científicos complexos, como a psicanálise, quando introduzidos no ambiente social, eram apropriados e transformados pelo público leigo, adquirindo novos significados.

Ao contrário de Durkheim, que considerava as representações coletivas como estáticas e quase imutáveis, Moscovici as via como dinâmicas, interativas e em constante evolução. Segundo Anadon e Machado (2011), enquanto Durkheim via as representações coletivas como categorias lógicas e invariáveis, Moscovici argumentava que essas representações eram circulares, sempre transformadas e transformadoras. Assim, para Moscovici, as representações sociais não apenas moldam o comportamento humano, mas são, ao mesmo tempo, produtos desse comportamento.

Para responder à clássica questão do que é social e o que é individual, Moscovici, de acordo com Marková (2017), entendeu que o social e o individual não são entidades separadas, mas sim interdependentes. Ele argumenta que o “Eu” e o “Outro” (ou o “Ego-Alter”) estão em constante interação e mútua dependência. Nesse sentido, não se pode analisar o indivíduo sem considerar o contexto coletivo, assim como o social só pode ser compreendido em conexão com a subjetividade individual.

A Teoria das Representações Sociais (TRS) de Moscovici busca explicar os fenômenos sociais observando as situações cotidianas e comuns, visando compreender os indivíduos em sua totalidade. O conhecimento do senso comum é formado por dois aspectos: de um lado, ele emerge de tradições compartilhadas e experiências vividas; de outro, ele se compõe de fragmentos de teorias científicas adaptadas à vida cotidiana. Jodelet (2019) destaca que esse conhecimento popular não é construído no vácuo, mas dentro das formas e normas culturais, moldadas pelas interações diárias.

Sob essa ótica, a TRS não apenas analisa o indivíduo em seu contexto social, mas também reconhece sua subjetividade. Como aponta Arruda (2000), “a realidade é socialmente construída e o saber é uma construção do sujeito, mas não desligado de sua inscrição social.” Moscovici, por meio de sua teoria, demonstra que os fenômenos sociais podem ser não apenas analisados e compreendidos, mas também transformados. A TRS, portanto, oferece uma importante ferramenta para o estudo das dinâmicas sociais, permitindo que possamos entender como o saber comum se forma, circula e se transforma.

Além disso, Moscovici destaca que as mudanças nos interesses humanos podem gerar novas formas de comunicação, resultando na inovação e na emergência de novas representações sociais. Representações, segundo ele, são estruturas que obtêm estabilidade ao se transformarem a partir de estruturas anteriores, conforme afirma: “A mudança dos interesses humanos pode gerar novas formas de comunicação, resultando na inovação e na emergência de novas representações” (Moscovici, 2003, p. 22).

Assim, é possível afirmar que, para Moscovici, o social é um fenômeno estruturante na construção da realidade. A gênese das representações sociais está, portanto, intrinsecamente ligada aos fenômenos sociais.

De maneira geral, a Teoria das Representações Sociais (TRS) apresenta quatro principais abordagens que constituem diferentes linhas de pensamento, cada uma contribuindo para uma compreensão mais abrangente desse campo teórico. Essas abordagens são:

1. Abordagem Sócio-Genética, desenvolvida por Serge Moscovici, que foca na origem e evolução das representações sociais, observando como elas se constroem e se transformam dentro de contextos sociais e históricos específicos.
2. Abordagem Societal, proposta por Willem Doise, que enfatiza a importância das relações de poder e das divisões sociais na formação das representações sociais, considerando o impacto das estruturas sociais na disseminação dessas ideias.
3. Abordagem Dialógica, discutida por Ivana Marková, que foca nas interações entre os sujeitos, destacando o papel do diálogo e da troca de significados na construção das representações sociais. Ela explora como os indivíduos constroem e compartilham representações por meio da interação com o outro.
4. Abordagem Estrutural, que tem suas raízes na escola francesa, enfatiza a organização interna das representações sociais, destacando a relação entre os elementos centrais e periféricos das representações. Essa linha, também conhecida como abordagem estruturalista,

tem como foco a estrutura das representações e como seus componentes moldam o comportamento social.

Apesar das diferentes ênfases dessas linhas de pensamento, todas partem da base teórica estabelecida por Moscovici, que reconhece as representações sociais como formas de conhecimento que emergem da vida cotidiana, permitindo que os indivíduos compreendam e interpretem a realidade que os cerca.

Para esta pesquisa, adotaremos a abordagem sócio-genética formulada por Moscovici e posteriormente debatida e desenvolvida pela pesquisadora Denise Jodelet. Esta linha é particularmente adequada para o nosso estudo, pois oferece uma compreensão profunda do processo de construção das representações sociais, enfatizando como as interações sociais e culturais moldam o conhecimento e as crenças coletivas.

Ao utilizar essa abordagem, seremos capazes de explorar, de forma detalhada, as representações sociais dos trabalhadores e trabalhadoras de uma unidade de acolhimento institucional no município de Campo Grande – MS sobre a instituição em que estão lotados. A abordagem sócio-genética nos fornece as ferramentas conceituais necessárias para analisar como esses profissionais constroem e interpretam suas percepções sobre o ambiente institucional em que atuam, levando em consideração tanto os contextos sociais e históricos mais amplos quanto as suas experiências individuais.

A escolha dessa linha de pensamento justifica-se por sua capacidade de revelar as dinâmicas de poder, influências culturais e interações cotidianas que moldam as representações sociais dos indivíduos e grupos. Além disso, a abordagem sócio-genética permite investigar como essas representações evoluem ao longo do tempo, em resposta a mudanças nas condições sociais, políticas e institucionais, o que é particularmente relevante para compreender a realidade de uma unidade de acolhimento institucional.

Assim, ao utilizar essa perspectiva teórica, pretendemos não apenas descrever as representações sociais desses profissionais, mas também analisar os processos pelos quais essas representações são criadas, compartilhadas e modificadas, o funcionamento da instituição e o papel que as representações sociais desempenham na vida profissional e pessoal dos trabalhadores. Dessa forma, buscamos contribuir para a compreensão dos fenômenos sociais que envolvem a prática institucional e suas implicações para o cotidiano e as relações interpessoais dentro desse ambiente.

4.2 Representações sociais um recorte epistemológico: da formação às funções no cotidiano das relações sociais.

Nesta seção, abordaremos o conceito e o processo de formação das representações sociais (RS), assim como as funções que elas desempenham nos contextos sociais, conforme discutido por Serge Moscovici e outros teóricos da área. Destacaremos especialmente a definição elaborada por Moscovici (1961) e por Abric (1998). Compreender o processo de formação das RS é fundamental para entender como o grupo de participantes desta investigação ancora e objetiva os elementos das dimensões conceitual, jurídica e técnica das políticas de assistência social e dos serviços de acolhimento voltados para a proteção social de crianças e adolescentes.

De acordo com Serge Moscovici (1961), as representações sociais são sempre construídas por um grupo em relação a um determinado objeto, o qual pode ser entendido como um fato social. Esse objeto não apenas mobiliza o grupo, mas também é constituído de saberes cotidianos que direcionam suas ações. Assim, a representação social de um objeto é resultado da construção coletiva de um saber, permitindo que diferentes contextos gerem múltiplas representações sociais sobre o mesmo objeto.

As representações sociais emergem de um campo socialmente estruturado, resultante de um imprinting social. Segundo Camargo e Wachelke (2007), as representações sociais são mediações entre o sujeito e o mundo, que, através da atividade do sujeito com o mundo, são construídas as representações sociais. Desta forma, seguindo pela ótica dos autores acima citados, as representações sociais, podem ser classificadas nessas três tipologias, refletindo diferentes formas de conhecimento e significação que surgem nas interações sociais. (Camargo e Wachelke 2007).

Representações Hegemônicas: São aquelas que dominam em um grupo ou sociedade e, em geral, não são questionadas pelos seus membros. Elas formam uma espécie de consenso, ainda que possam ter origens diversas e não necessariamente criadas pelo grupo que as adota. Um exemplo é a representação da família nuclear como o modelo "ideal" de estrutura familiar, amplamente aceito em várias culturas. Também podemos pensar como exemplo um partido político ou uma nação, sem que tenham sido necessariamente criadas por esse grupo.

Representações emancipadas: Nessa tipologia, diferentes grupos que estão em contato trocam e compartilham representações, criando um repertório comum, mesmo que esses grupos mantenham suas diferenças. Um bom exemplo são as representações da "loucura", que, embora

possam variar entre profissionais de saúde, familiares e pacientes, circulam entre eles de maneira a influenciar as ações e decisões no campo da saúde mental.

Representações Controversas: Como o próprio nome sugere, são geradas em contextos de conflito ou debate, normalmente envolvendo diferentes grupos que possuem posições divergentes sobre determinado tema. A discussão sobre as cotas raciais nas universidades, por exemplo, reflete um conflito entre diferentes perspectivas sobre igualdade, justiça social e mérito.

Moscovici (1961) argumenta que as representações sociais são criadas por meio da interação dos indivíduos com o meio social, o que possibilita a mediação entre o sujeito e o mundo que o cerca, transformando ao mesmo tempo o que se conhece. Nessa linha, Anadon e Machado (2011) afirmam que as representações sociais são simultaneamente produto e processo. Denise Jodelet (2002) complementa, definindo as representações sociais como uma atividade de apropriação e elaboração da realidade externa ao pensamento.

Em seu trabalho sobre ancoragem e subjetivação, Moscovici (2010) enfatiza que o processo de formação de uma representação social envolve transformar um conhecimento desconhecido em algo familiar. Esse processo sociocognitivo ocorre através de dois mecanismos: ancoragem e subjetivação. O autor destaca que fatos ou lugares comuns carregam saberes e uma certa dose de mistério, enfatizando a importância desses elementos na formação das representações sociais.

Seguindo a linha de pensamento de Moscovici, o processo de ancoragem precede o de subjetivação. O termo "ancoragem" é utilizado pelo autor para transmitir a ideia de amarração, comparando-a à ancoragem de barcos em um porto. Assim como os barcos se fixam em algo para não ficar à deriva, o novo conhecimento se vincula a saberes já existentes. Sob a perspectiva semiótica proposta por Santaella, podemos recorrer aos estudos de Saussure na linguística para explicar a ancoragem. Saussure sugere que a interação entre os elementos que constituem a língua é tal que qualquer alteração, por menor que seja, provoca mudanças em todo o sistema. Dessa forma, Moscovici (2003) afirma que ancorar ideias estranhas implica reduzi-las a categorias e imagens familiares.

Segundo Lopes (2009), o processo de ancoragem consiste em classificar e atribuir um nome a um objeto ou fenômeno previamente desconhecido. Isso significa integrá-lo em uma categoria já familiar ao sujeito, facilitando sua compreensão e tornando-o menos estranho. Nesse sentido, ao nomear ou categorizar algo, o indivíduo o relaciona a conceitos já existentes, permitindo que o novo seja compreendido à luz do que já se conhece. Na perspectiva de

Saussure, a análise deve ser contextualizada, pois o significado de um fenômeno depende de suas relações com outros elementos. Assim, cada elemento só é compreendido em sua diferença em relação aos demais.

Compreender o contexto é essencial para perceber como um objeto simboliza algo para o sujeito e como esse significado é construído a partir de saberes práticos e experiências. As representações sociais servem para agir sobre o mundo e sobre os outros, comunicar-se, identificar-se, explicar fenômenos e orientar comportamentos. O ato de representar não é simples; envolve uma carga simbólica rica e afetiva, além de uma organização cognitiva em relação ao objeto.

Portanto, podemos concluir que ancorar significa classificar e nomear algo. Essa classificação e nomeação vão além de meras rotulações, funcionando como meios de interpretação que permitem entender as intenções e os motivos subjacentes às ações das pessoas, moldando assim opiniões (Lopes, 2009).

Outro processo essencial na formação das representações sociais, que ocorre após a ancoragem, é a objetificação. Moscovici (2003), define a objetificação como o processo de tornar uma ideia ou conceito abstrato mais concreto e palpável. Isso é feito transformando o conteúdo simbólico em algo visual ou materialmente reconhecível, facilitando sua compreensão e aceitação no cotidiano das pessoas.

A objetificação envolve a concretização de uma ideia por meio de símbolos, imagens ou objetos que podem ser facilmente reconhecidos e compartilhados pelos membros de um grupo. Ela ocorre quando uma noção abstrata ganha uma forma visível e acessível que permite sua integração no repertório de conhecimento coletivo.

Moscovici (2003) explica que a objetificação pode ser vista como "o ato de descobrir a qualidade icônica de uma ideia", ou seja, transformar uma noção em uma representação icônica que pode ser reconhecida e compreendida amplamente. Esse processo pode se dar por meio de símbolos, imagens, metáforas ou até mesmo instituições e práticas sociais que passam a corporificar o conceito abstrato.

Portanto, a objetificação desempenha um papel fundamental ao dar vida às ideias que inicialmente podem parecer abstratas, trazendo-as para o nível do senso comum, onde se tornam mais compreensíveis e influenciam diretamente as percepções, atitudes e comportamentos das pessoas na sociedade.

4.3 Funções das representações sociais:

Moscovici (2010) identificou duas funções principais das representações sociais, que são fundamentais para entender como essas construções coletivas influenciam a sociedade. A primeira função é contribuir para a formação de condutas, ou seja, as representações sociais direcionam as atitudes e comportamentos dos indivíduos em diferentes contextos sociais. Elas fornecem um conjunto de normas e valores que ajudam a orientar a maneira como as pessoas interagem com o mundo ao seu redor. Por exemplo, as representações sobre a família, gênero ou classe social podem afetar decisões cotidianas e a forma como os indivíduos se posicionam em relação a questões sociais.

A segunda função, conforme destacada por Moscovici (2010), é a de orientar as comunicações de massa. As representações sociais desempenham um papel relevante na maneira como as informações são disseminadas e recebidas na sociedade. Elas influenciam a forma como os meios de comunicação retratam diferentes grupos sociais e como as mensagens são interpretadas pelo público. Essa função é especialmente relevante em um mundo cada vez mais globalizado, onde as representações sociais podem ajudar a construir a opinião pública e, por conseguinte, influenciar políticas e decisões coletivas.

Posteriormente, Abric (1994) ampliou essa análise, introduzindo mais duas funções das representações sociais: a identitária e a justificadora. A função identitária é essencial para o reconhecimento grupal, pois as representações sociais ajudam os indivíduos a definirem sua identidade em relação a outros. Elas estão fundamentadas em valores éticos compartilhados e promovem um senso de pertencimento a um determinado grupo, seja ele étnico, religioso ou social. Essa função é crucial em contextos de diversidade cultural, onde as representações sociais podem promover tanto a inclusão quanto a exclusão, dependendo de como são construídas e percebidas.

A função justificadora, por sua vez, permite que os sujeitos expliquem e defendam suas ações. As representações sociais fornecem uma base sobre a qual os indivíduos podem construir narrativas que legitimam seus comportamentos e decisões. Essa função é particularmente importante em situações de conflito ou controvérsia, onde as pessoas precisam justificar suas escolhas diante de críticas ou pressões sociais. Assim, as representações sociais não apenas orientam ações, mas também fornecem os argumentos que sustentam essas ações em contextos sociais variados.

Dessa forma, segundo Abric (1994) podemos dividir as funções das representações sociais em quatro categorias principais: saber, identidade, orientação e justificação. Cada uma

dessas funções desempenha um papel interconectado no processo de construção social da realidade e é fundamental para entender como as representações influenciam as dinâmicas sociais e o comportamento humano.

Essa função é essencial para que as pessoas compreendam e expliquem a complexidade da realidade social. Por meio das representações sociais, as pessoas conseguem organizar suas experiências e percepções, transformando o desconhecido em algo compreensível. Elas permitem que conceitos abstratos ou complicados, como "democracia", "justiça" ou "igualdade", sejam acessíveis e manejáveis, sendo transmitidos entre indivíduos. As representações sociais, assim, oferecem uma maneira coletiva de entender o mundo e construir conhecimentos que são fundamentais para a convivência em sociedade. Isso facilita a formação de opiniões, decisões e o desenvolvimento de saberes compartilhados em diversos contextos, como o científico, o cotidiano e o político.

A função identitária das representações sociais é crucial para a formação e o reconhecimento mútuo entre os indivíduos. Por meio das representações, as pessoas constroem a sua identidade e se posicionam dentro de grupos sociais. Essas representações servem como um espelho no qual os membros de uma sociedade se reconhecem e definem quem são em relação ao outro. Essa função contribui para a coesão social e para a formação de laços comunitários, estabelecendo a base para a solidariedade e o pertencimento. Ao compartilhar valores, crenças e símbolos, as pessoas criam um senso de identidade coletiva, o que reforça as dinâmicas de inclusão e exclusão social. Por exemplo, a maneira como uma nação se representa, por meio de símbolos como a bandeira ou valores comuns, ajuda a definir o que significa ser um cidadão daquele país.

As representações sociais também desempenham uma função orientadora, ajudando a guiar o comportamento individual e coletivo. Elas fornecem referências que permitem às pessoas navegarem em situações sociais diferentes e complexas. As representações estabelecem padrões de conduta, normas sociais e expectativas que moldam as ações e as decisões das pessoas. Por exemplo, representações sobre gênero influenciam como as pessoas esperam que homens e mulheres se comportem em diferentes contextos. Assim, as representações fornecem um "mapa mental" que orienta as interações sociais, influenciando desde comportamentos cotidianos até decisões mais complexas.

A função justificadora das representações sociais está ligada à legitimidade das ações e atitudes dos indivíduos e grupos. As pessoas utilizam as representações para justificar seus comportamentos, escolhas e valores. Isso permite que elas façam sentido de suas experiências

e se posicionem no mundo, tanto em nível pessoal quanto em situações mais amplas, como questões políticas ou éticas. As representações sociais permitem aos indivíduos validar suas ações dentro de um contexto social maior, garantindo que suas atitudes sejam coerentes com as normas e expectativas coletivas. Um exemplo disso é a justificação de comportamentos em debates morais, como em discussões sobre direitos humanos, onde as representações sociais moldam o entendimento do que é considerado justo ou injusto.

Essas quatro funções — saber, identidade, orientação e justificação — elucidam o papel fundamental das representações sociais na sociedade. Elas mostram como as representações são importantes não apenas na organização do conhecimento e na compreensão da realidade, mas também na formação de identidades, na regulação do comportamento e na validação das ações humanas. Ao construir a maneira como as pessoas pensam, sentem e agem, as representações sociais têm um impacto profundo na dinâmica das interações humanas e na estruturação das relações sociais, contribuindo para a continuidade e transformação das culturas e sociedades ao longo do tempo.

4.4 Procedimentos Metodológicos

Para a realização desta pesquisa, nessa seção será tratado sobre a metodologia que foi utilizada para guiar os caminhos e ações que foram executadas durante a trajetória da pesquisa.

4.5 Natureza da pesquisa

O objetivo desta pesquisa é analisar as representações sociais (RS) dos trabalhadores e trabalhadoras de uma unidade de acolhimento institucional localizada no município de Campo Grande, MS, sobre a própria unidade onde estão lotados. A pesquisa propôs a adotar um caráter qualitativo, em razão da relevância da dinâmica entre sujeito e objeto para compreender as percepções e representações desses profissionais em seu ambiente de trabalho.

De acordo com Minayo (2019), a relação dinâmica entre sujeito e objeto é central para captar a dimensão dos significados, práticas, aspirações, crenças, valores e atitudes. Tais elementos são entendidos como parte da realidade social compartilhada, na medida em que “o ser humano se distingue não só por agir, mas também por refletir sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e compartilhada com seus semelhantes” (Minayo, 2019, p. 20). Essa perspectiva ressalta a importância da interpretação e

da significação pessoal e coletiva que os indivíduos atribuem às suas experiências, sobretudo no contexto do trabalho em instituições de acolhimento.

A metodologia qualitativa, ao explorar essas subjetividades, permite uma análise aprofundada das representações sociais desses trabalhadores e trabalhadoras, bem como os elementos que ancoram e objetificam tais representações. Representações sociais as quais influenciam diretamente o modo como esses sujeitos agem e executam suas atividades diárias dentro da unidade.

O estudo realizado, portanto, traz a compressão uma compreensão para além dos dados quantitativos, para incluir as representações sociais desses trabalhadores e trabalhadoras que podem evidenciar novas perspectivas e contribuir para uma reflexão mais abrangente sobre o funcionamento e a importância das unidades de acolhimento institucional.

4.6 Participantes e delimitação de campo de pesquisa:

A pesquisa foi realizada com trabalhadoras de uma unidade de acolhimento, levando em consideração a composição predominantemente feminina no quadro de recursos humanos dessa instituição. No momento da coleta de dados, não havia nenhum trabalhador com identidade de gênero masculino lotado na unidade que a pesquisa foi realizada. Esse dado reforça uma característica presente em muitas áreas da assistência social, onde, historicamente, há uma predominância de mulheres nas funções de cuidado e apoio social.

Segundo Aquino, Lopes e Bernardes (2024):

“pensar que as práticas da assistência social ainda articulam o feminino com as práticas de cuidado, de modo que, mesmo na divisão das atividades profissionais, a binaridade do sexo está colocada, trazendo a dimensão da problematização da noção de cuidado, principalmente por serem práticas voltadas para a construção de vínculos familiares e comunitários” (Aquino, Lopes e Bernardes, 2024, p. 8).

Esse ponto de vista aponta para uma reflexão crítica sobre a influência das representações sociais de gênero nessas ocupações, onde o cuidado é tradicionalmente associado ao feminino, perpetuando estereótipos que podem limitar tanto o reconhecimento quanto a valorização dessas profissionais.

A questão da predominância feminina nas práticas de cuidado em unidades de acolhimento levanta discussões sobre o impacto das construções de gênero nas escolhas e nas

divisões de trabalho no campo da assistência social. Essas práticas frequentemente envolvem a criação de vínculos afetivos e a mediação de relações, características que, socialmente, são mais associadas a atributos femininos. Desta forma, foram entrevistadas seis trabalhadoras da unidade de acolhimento, sendo três entrevistas individuais e uma roda de conversa com as demais.

No que diz respeito ao campo empírico da pesquisa, esta foi realizada em uma unidade de acolhimento institucional de crianças e adolescentes, localizada no município de Campo Grande, e compõe os serviços de proteção social da Secretaria de Assistência Social. As unidades de acolhimento institucional de crianças e adolescentes são regidas pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2014) e regulamentos internos.

A instituição que será campo de investigação com um efetivo de 35 servidoras/es, com diferentes formas de contratos trabalhistas, que desempenham as funções de cuidadores/as sociais, merendeira, psicóloga/o, assistente social, administrativo e motorista. Elegeu-se para compor o grupo de trabalho um quantitativo de 12 trabalhadores e trabalhadoras, considerando que se trata de uma pesquisa de caráter qualitativo. No entanto, conseguimos realizar os procedimentos de coleta de dados apenas com seis trabalhadoras.

A abordagem dos trabalhadores e trabalhadoras, ocorreu durante a jornada de trabalho deles. A pesquisadora foi até a unidade de acolhimento, em dois dias seguidos, nos seguintes horários: as 14 horas e as 19 horas, de modo que pode falar com os trabalhadores e trabalhadoras de todos os turnos. Haja visto que os turnos são divididos em diurno e noturno, com o revezamento de trabalho de 12 horas de trabalho, por 36 horas de folga.

Levou a carta de apresentação fornecida pela Secretaria de Assistência Social - SAS e o convite que consta no apêndice A, a pesquisadora falou sobre a referida pesquisa com os trabalhadores e trabalhadoras. Na ocasião, foi feito o convite oral e entregue o convite impresso para que, aqueles trabalhadores e trabalhadoras que tiverem interesse em participar, se identifiquem, e que seriam necessários doze trabalhadores para o levantamento de dados para a pesquisa. Também foi entregue o TECLÉ para aqueles que demonstrar interesse em participar. Esse primeiro contato levou em torno de quinze minutos de conversa.

Os participantes da pesquisa forneceram seu contato telefônico para a pesquisadora, que entrou em contato individualmente com cada participante, a fim de agendar a entrevista individual e a roda de conversa. Todos os participantes serão convidados a participar da entrevista individual e da roda de conversa.

As entrevistas individuais semiestruturada foi organizada conforme o Apêndice B, com objetivo orientar a produção de informações e saberes de cada participante da pesquisa. Foi realizada uma roda de conversa com os participantes da pesquisa. A roda de conversa foi dividida em quatro etapas: 1ª etapa será a recepção ou atividade de boas-vindas com os participantes; 2ª etapa ocorrerá a apresentação das informações básicas do projeto de pesquisa; 3ª etapa se constitui da apresentação das 3 perguntas/temas disparadoras, sempre observando que seja esgotada a discussão da primeira, para sequencialmente, apresentar as demais: 1- como você compreende o que é uma unidade de acolhimento institucional de crianças e adolescentes? 2- Qual (quais) seria (m) o (s) motivo (s) para as meninas chegarem até a unidade de acolhimento? 3- Quais são os motivos para saída delas da instituição? E na 4ª e última etapa será feita a conclusão da atividade e o agradecimento aos participantes.

Figura 4 – Quadro 4: Caracterização das participantes:

Nome fictício:	Margarida	Rosa	Cactos	Girassol	Cravo	Orquídea
Idade:	43 anos	57 anos	37 anos	45 anos	47 anos	39 anos
Formação:	Ensino Superior Completo	Ensino Superior Completo	Ensino Superior Incompleto	Ensino Superior Incompleto	Ensino Médio	Ensino Superior Incompleto
Estado civil:	Casada	Viúva	Casada	Solteira	Casada	Casada
Tipo de vínculo de contrato de trabalho:	Contratada	Estatutária	Contratada	Contratada	Contratada	Contratada

Fonte: dados da pesquisa

4.7 Procedimentos para a produção dos dados

Com o intuito de produzir informações necessárias para o alcance do objetivo da pesquisa, faz-se necessário estabelecer procedimentos pertinentes para coleta de dados com base em procedimentos adequados para este fim. Assim, para a realização desta pesquisa,

iremos considerar o que Sá (1998) afirma sobre a teoria das representações sociais: “[...] Na condução da pesquisa, estaremos nos ocupando explicitamente de uma modalidade de saber gerado através da comunicação na vida cotidiana, com a finalidade prática de orientar os comportamentos em situações sociais concretas” (Sá, 1998, p. 71).

Na Teoria das Representações Sociais, Moscovici (2010) atribui o ato de representar como o processo de trazer presente as coisas ausentes, num processo comunicativo, na qual a fala do sujeito partilha significados através de coerências argumentativas. Desde modo, para que a pesquisa alcance o objetivo de analisar as representações sociais (RS) dos trabalhadores e trabalhadoras de uma unidade de acolhimento institucional sobre a unidade de acolhimento que estes trabalhadores e trabalhadoras estão lotados, iremos trabalhar conforme Minayo (2016) nos aponta, que para a obtenção de informações que respondam as finalidades dessa pesquisa, deve haver a interação entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa.

A produção de dados foi realizada por meio de entrevistas individuais, seguindo um roteiro semiestruturado e a realização de rodas de conversa para identificar o movimento do pensamento em contexto de grupo. O roteiro semiestruturado tem o objetivo de orientar a produção de informações e saberes de cada profissional sobre o serviço.

Segundo Minayo (2009) o roteiro semiestruturado combinam perguntas fechadas e abertas, possibilitando ao entrevistado discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada em uma estrutura rígida, bem como, forneçam uma estrutura maior de comparabilidade do que nas entrevistas não-estruturadas.

A entrevista semiestruturada valoriza a presença do investigador e como técnica, ainda, oferece ao entrevistado liberdade e espontaneidade para descrever os fenômenos sociais e explicitar suas compreensões acerca dele.

Partindo dessa configuração, as entrevistas individuais seguiram roteiros elaborados de modo semiestruturado, disposto no formulário semiestruturado para entrevista individual (Apêndice C).

Espera-se que nesta dinâmica de interação na entrevista viabilize a troca de informações e possam ser identificados os significados atribuídos pelos entrevistados ao discurso por eles apresentados.

Também utilizamos a roda de conversa como um instrumento de coleta de dados. Conforme Adamy e colaboradores (2018), a roda de conversa é definida como um método de ressonância coletiva, que cria espaços propícios para o diálogo, onde os participantes podem se expressar, ouvir os outros e refletir sobre suas próprias falas. Esse processo estimula a

autonomia dos sujeitos, promovendo a problematização, o compartilhamento de informações e a reflexão com foco em ações práticas. Nesse sentido, a roda de conversa configura-se como um espaço aberto e circular de diálogo, no qual todos têm a chance de falar e ouvir de maneira equitativa. Esse método é amplamente utilizado em pesquisas qualitativas, pois facilita a obtenção de dados ricos e diversificados, resultado das interações entre os participantes. Além disso, sua flexibilidade permite ao pesquisador conduzir a discussão conforme os temas surgem naturalmente, sem a necessidade de seguir um roteiro fixo, o que amplia a chance de captar informações espontâneas e autênticas.

4.8 Aspectos éticos da pesquisa

Dado que esta pesquisa foi submetida à análise do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) antes do início da coleta de dados, tendendo a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que regula a pesquisa com seres humanos, bem como a Resolução 510/16 do CNS, que estabelece normas aplicáveis à pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de ética da UFMS no dia 08/04/2024, tendo o CAAE: 77293123.5.0000.0021.

Antes de cada entrevista ou Roda de Conversa, foi fornecida a explicação sobre a pesquisa, seus objetivos, metodologia e dos instrumentos de coleta de dados. Para cada participante será solicitado a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - Apêndice B - para demonstrar seu consentimento em participar da pesquisa, bem como sua compreensão dos detalhes e liberdade de desistir a qualquer momento.

Se permitido pela participante, a entrevista será gravada e posteriormente transcrita. Garantimos que os dados serão tratados com sigilo e preservação adequados, bem como a confidencialidade da identidade e informações das participantes. Os dados não serão utilizados de forma prejudicial às pessoas ou comunidades, e serão respeitados os valores religiosos, culturais e morais das participantes.

O conteúdo das gravações será de responsabilidade exclusiva dos pesquisadores e será armazenado em mídias pessoais, como pendrives, HDs externos ou pastas pessoais, não sendo permitido o arquivamento em plataformas digitais. As transcrições e os termos assinados serão mantidos em pastas protegidas nos arquivos do pesquisador responsável pelo período de 05 (cinco) anos, conforme o artigo 28 da Resolução 510/16 do CNS. Após esse período, os arquivos serão definitivamente excluídos.

4.9 Organização dos dados coletados:

De acordo com as ideias de Moscovici (2010), é possível conceber as representações sociais como as concepções e construções compartilhadas por um grupo, que moldam e são moldadas pelas interações, comunicação e práticas de uma comunidade. Portanto, os métodos de análise a serem empregados têm o objetivo de evidenciar os processos de formação das representações sociais dos trabalhadores e trabalhadoras de uma unidade de acolhimento institucional em relação à própria unidade de acolhimento.

Além disso, fundamentado no compromisso com a autenticidade e veracidade dos discursos, experiências e significados expressos pelos participantes, suas interpretações serão embasadas nos resultados coletados. Para a organização dos resultados, optou-se fazer a análise do conteúdo das entrevistas, por meio da técnica de análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (2011). Estes procedimentos propõe a categorização e análise com base em categorias empíricas, a partir das experiências retratadas nos discursos dos entrevistados.

Segundo Franco (2003), essa técnica consiste na investigação dos conteúdos presentes nos discursos de um grupo, permitindo a produção de inferências relacionadas a informações simbólicas e/ou verbais que contribuem para os objetivos da pesquisa. A análise de conteúdo é capaz de revelar os elementos que compõem os discursos, bem como os efeitos que influenciam comportamentos e ações distintas, levando em consideração as condições históricas e sociais como realidades em constante transformação que orientam crenças, ideias e representações sociais elaboradas e transmitidas por meio de discursos e mensagens em um contexto coletivo (FRANCO, 2003).

Conforme Bardin (2011), a organização dos conteúdos na análise de dados se desenvolve em três etapas principais: (1) pré-análise, etapa em que se define o corpus e se formula as hipóteses e objetivos; (2) exploração do material, momento destinado à codificação, categorização e descrição do conteúdo; e (3) tratamento dos resultados, inferências e interpretações, em que se realiza a análise final, extraindo os significados mais profundos dos dados coletados. Essas etapas são fundamentais para identificar os elementos que compõem o discurso e estabelecer núcleos temáticos, que servirão de base para a construção das categorias de análise.

Nesse contexto, utilizaremos o conceito de núcleo figurativo como ferramenta central para compreender as representações sociais analisadas neste estudo. Segundo Lima e Campos (2020, p. 03):

O núcleo figurativo é um “esquema” ou modelo fundamental que

resulta do processo de objetivação, dando concretude aos elementos do objeto. Sua função é orientar as percepções e julgamentos associados ao objeto de representação dentro de uma realidade social construída. O conceito de “núcleo figurativo” permite a criação de um sistema de categorização. Simultaneamente, a formação desse sistema é influenciada pela utilidade social do objeto, que orienta o processo de ancoragem. Destaca-se que essa utilidade social não emerge como fruto de uma reflexão abstrata sobre o objeto, mas como uma sequência de esquemas de ações, trocas comunicativas e reflexões, validadas ou não coletivamente. (Lima e Campos, p. 03 2020)

Dessa forma, compreendemos que uma pesquisa científica de abordagem qualitativa é realizada de maneira contínua e dinâmica, com fases interdependentes que se retroalimentam. No caso desta investigação, adotaremos a técnica de análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (2011) como metodologia principal para organizar e interpretar os dados coletados.

Além disso, Franco (2003) destaca que a análise de conteúdo inclui um processo essencial denominado categorização, o qual consiste em agrupar os dados textuais em categorias homogêneas e pertinentes. Esse processo é particularmente útil quando o objetivo é compreender e descrever as representações sociais de um grupo ou fenômeno, uma vez que as categorias possibilitam evidenciar padrões, contrastes e relações significativas presentes nos discursos analisados.

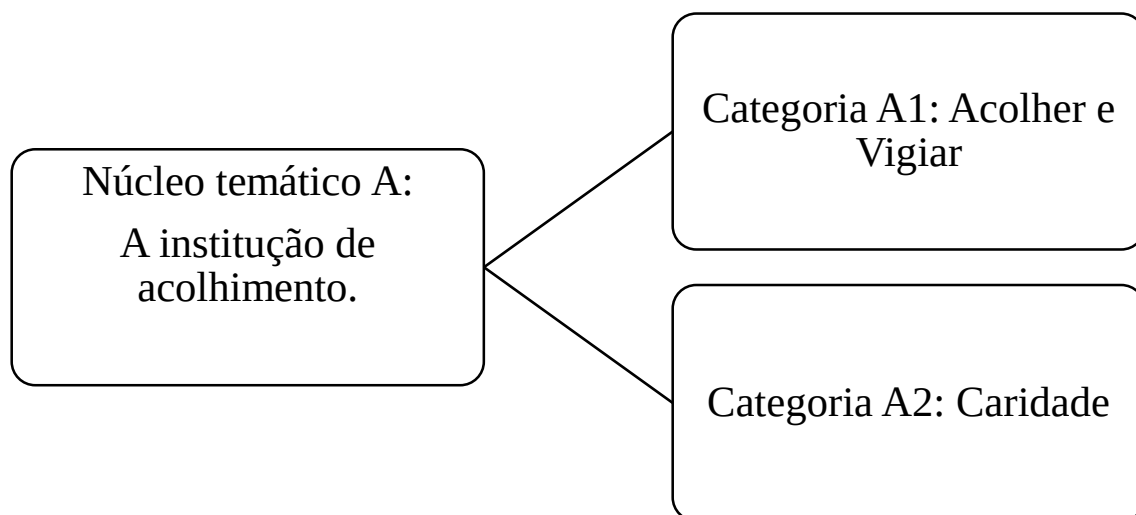
Assim, os dados foram organizados da seguinte forma:

Figura 5 – Quadro 5: Núcleos temáticos:

Núcleos temáticos:	Descrição:
Instituição de acolhimento:	Identificar os Elementos do discurso que permitem observar os processos de ancoragem e objetivação em relação a instituição de acolhimento;
Relação com o trabalho:	Identificar os sentimentos que se apresentam na relação com o trabalho;
Família:	Constatar os elementos que compõem as representações sociais que estão relacionadas aos motivos que levaram ao acolhimento.

Fonte: dados da pesquisa

Figura 6: Núcleo temático A – A instituição de acolhimento:



Fonte: dados da pesquisa

Figura 7 - Quadro 6 – Mapeamento dos discursos – Acolher e vigiar.

Participante:	Unidade de registro	Unidade de contexto.
Margarida:	Acolher; não é prisão; Trabalho diferente.	Porque a gente está aqui para acolher; E quando elas chegam, elas têm uma visão do abrigo como se fosse uma prisão. Tem todo um trabalho com elas para mudar essa visão e eu acho até assim, eu fico às vezes me perguntando, porque a gente tenta fazer um trabalho diferente. A gente sempre deixa elas bem à vontade, a gente fala sobre a unidade de acolhimento, o porquê que nós estamos aqui e falamos que não é uma prisão, elas têm o direito de ir e vir, mas que é muito importante elas ficarem, mas a gente deixa bem orientado em relação a isso, porque elas não estão

		aqui presas, se elas quiserem ir embora a gente não pode segurar elas.
Rosa:	Oportunidade; Acolher; Diferente; cadeia.	É uma oportunidade de melhora das acolhidas. Então o nosso papel enquanto equipe técnica, enquanto psicóloga, além do acolhimento, da escuta, de ouvir, é proporcionar o empoderamento delas, até porque algumas não vão retornar para as famílias de origem. E aqui dentro a gente tem como pelo menos tentar fazer a diferença na vida delas. ...como a gente sempre brinca, aqui não é cadeia e ninguém vai ficar contra a vontade.
Cactos:	Amor; Ajuda; Acolhimento, aqui não é prisão.	Conforme o tempo vai passando a gente vai com o amor porque o cuidador tem que trabalhar com o amor, não pelo salário até porque não né, mas tem que ser com amor porque são pessoas machucadas se fosse a gente machucado a gente gostaria de ser tratado com amor e então assim são crianças machucadas e como eu sempre falei é um solo fértil né então a gente vai com amor tratando aquele cactuzinho, tratando, tratando que ele começa a florescer. O que a gente plantou de educação, de calma, de amor, de perdão. ...elas precisam de ajuda; Elas são seres humanos que precisam de ajuda no momento. ... mas ainda assim precisa de ajuda;

		... Elas têm esse direito de ir e vir porque não é uma prisão aqui, uma casa de acolhimento. Não é tão divulgada essa informação por conta da necessidade que elas estão precisando no momento. Algumas, às vezes, querem ir embora porque estão com raiva, porque brigaram com alguém aqui dentro, e a gente sabe que não têm para onde ir, a situação está feia lá fora, então a gente não divulga tanto. Porém, é livre, menos PCD, que a gente tem que cuidar porque não responde por si. E 13 anos que a gente não deixa, a gente evita, mas ainda assim é livre. Elas têm esse direito de ir e vir porque não é uma prisão aqui, é uma casa de acolhimento
Orquídea	Acolher	por que muitas chegam revoltada, chorosa, querendo sair, porque não sabe como é, o que espera elas aqui. Mas assim, a gente tenta acolher com todo amor.
Girassol	Ver o que está acontecendo. Tá em cima.	As vezes a gente tem que sentar entre elas, você vê que tá uma rodinha muito fechada, falando muito baixinho, a gente tem que chegar com cuidado, pra tentar participar, e ver o que está acontecendo, porque a gente tem que tá corrigindo também. Porque você tem que tá cuidando o que conversa, você entendeu, tudo, a gente tem que estar policiando, tá em cima.

Cravo	Estar em cima	Então, aí cê vê, às vezes traz algum recadinho de fora, você entendeu? Quando tem visita, a gente tem que estar em cima , por que às vezes, né. O celular, você vê, é uma coisa que a gente não pode ficar na frente delas, né, porque elas querem um acesso, né, entendeu? Se tiver um acesso, é rapidinho.

Fonte: dados da pesquisa

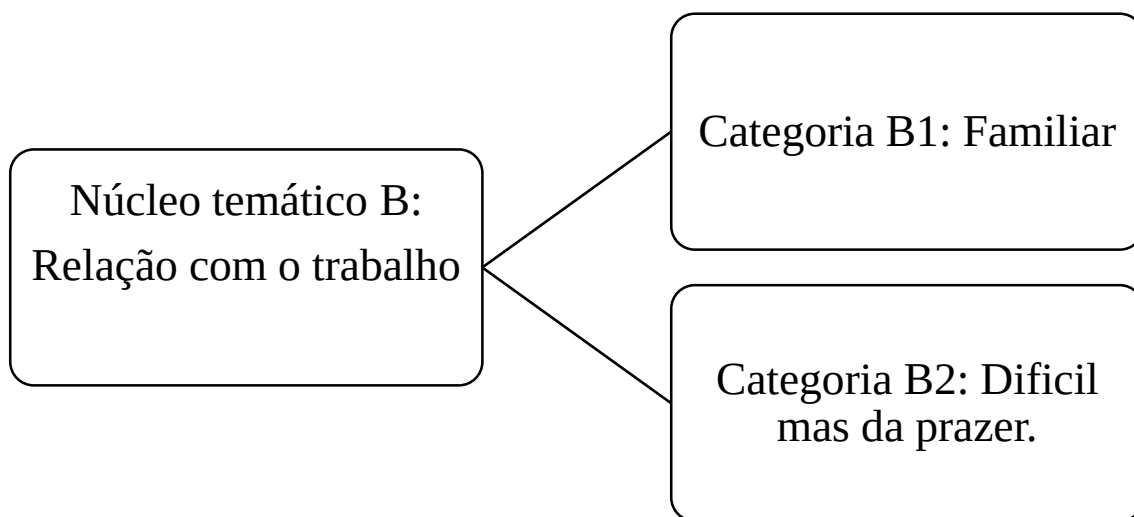
Figura 8 - Quadro 7 – Mapeamento dos resultados – Caridade.

Participante:	Unidade de registro	Unidade de contexto
Cactos:	Amor, Ajuda	O que a gente plantou de educação, de calma, de amor , de perdão. ...elas precisam de ajuda ; Elas são seres humanos que precisam de ajuda no momento. ... mas ainda assim precisa de ajuda ;
Orquídea	Cuida, caridade	E eu acho, assim, digo pelo meu plantão, que eu conheço eles, que eu já vi, quando dá tempo, a gente se reúne e faz uma oração, entendeu? A gente pede a presença de Deus, por que só ele que cuida . "Eu acho que é assim.. É a caridade .. É a caridade .. Então, eu tenho muitas, clientes que me ajudam a trazer coisas aqui para dentro, mas claro, nada é

		divulgado. Por que é um bem que elas estão fazendo, elas entenderam o recado. A norma é a caridade , pois sem caridade não há salvação.
Cravo	Caridade	Na verdade, eu não precisaria. Eu, igual eu estou te falando, eu trabalho com público, né? Eu tenho minhas clientes, eu sou formada, eu sou esteticista. E eu já ouvi de várias clientes. Hoje nem tanto mais, porque eu já expliquei para elas: Você gosta de mim? Então, é assim, essa sou eu. As minhas clientes me falavam: O que você está fazendo lá? Você está doida, não precisa disso .

Fonte: dados da pesquisa

Figura 9 - Quadro 8 - Núcleo temático B – Relação com o trabalho:



Fonte: dados da pesquisa

Figura 10 - Quadro 9 – Mapeamento dos resultados – Familiar.

Participante:	Unidade de registro	Unidade de contexto
---------------	---------------------	---------------------

Cravo	Família	Trabalhamos como uma grande família.
Orquídea	Família	É uma família! Eu acredito que isso aqui é uma extensão da nossa casa pela UAICA e pelas pessoas que trabalham aqui. Eu acho que um ambiente familiar é muito importante, sim. A gente tem que trabalhar muito mais com o sentimento de estar na mesma família. Pela maneira que a gente cuida das meninas, conversa com elas, né? Eu vejo dessa forma, a gente é família.
Girassol:	Familiar	Eu acho que um ambiente familiar é muito importante, sim. A gente tem que trabalhar muito mais com o sentimento de estar na mesma família. Pela maneira que a gente cuida das meninas, conversa com elas, né? Eu vejo dessa forma, a gente é família.

Fonte: dados da pesquisa

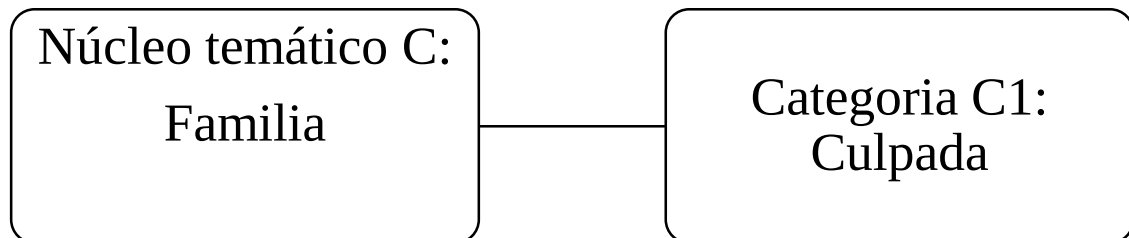
Figura 11 - Quadro 10 – Mapeamento dos resultados – Difícil mas da prazer.

Participante:	Unidade de registro	Unidade de contexto
---------------	---------------------	---------------------

Rosa	Intensa; Puxada; Tranquilo; Pesada; Gratificante.	Nossa rotina é bem intensa ; É, ela é meio puxada , digamos assim, mas assim, eu consigo, eu gosto, eu gosto dessa rotina meio pesadinha. ...mas pra mim é tranquila essa rotina. Então assim, mesmo sendo uma rotina meio pesada às vezes, mas acho que dá prazer sim, principalmente quando a gente consegue fechar uma situação e quando a gente percebe a melhora de uma acolhida, isso é gratificante .
Margarida:	Cansada; Fraquejei	Hoje eu estou mais, assim, cansada , né?; eu me dedico muito, por mais que às vezes pode estar até tranquilo, mas eu me dedico muito à unidade, eu procuro participar de tudo, então eu fico mais aqui do que na minha casa. Eu tô bem sobrecarregada . Eu falo assim que eu tô bem no meu limite, limite mesmo, mas devido à falta de funcionário. a sensação que eu tenho é que eu fraquejei , não consegui passar para elas a importância de estar dentro da unidade de acolhimento.
Cravo:	Pesada, prazer	Então assim, mesmo sendo uma rotina meio pesada às vezes, mas acho que dá prazer sim, principalmente quando a gente consegue fechar uma situação e quando a gente percebe a melhora de uma acolhida, isso é gratificante.
Girassol:	Boa; cansativa.	A rotina é boa mais cansativa ;

Fonte: dados da pesquisa

Figura 12: Núcleo temático C – A família:



Fonte: dados da pesquisa

Figura 13 Quadro 11– Mapeamento dos resultados – Culpada.

Participante:	Unidade de registro	Unidade de contexto
Margarida	Negligência; orientação.	Se tivesse alguém lá que pudesse orientá-las , tipo, a família. Mesmo, desse um pouquinho mais de atenção para algumas situações, não chegaria o acolhimento. A maioria dos motivos que vem para o acolhimento é negligência . são mais essas questões de negligência , abandono e o estupro.
Rosa	Falhou; Família; Conflito.	Falhou a família , falhou a rede. Porque algumas famílias são acompanhadas pelo CRAS, pelo CREAS, as redes de proteção. Mas quando chega para o acolhimento é porque falhou tudo. Às vezes a adolescente nem tem tanto problema, mas quando a gente tem acesso com a família , a gente percebe o tanto de conflitos .

		Negligência, abandono, exploração sexual, tráfico de drogas, abuso sexual. Mas o que mais nós temos percebido é conflitos. Infelizmente conflitos familiares que as famílias não dão conta. Mas que isso é papel da família, a família está esquecendo o papel dela.
Cactos	Família;	às vezes é uma situação em que a família não tem noção do que está fazendo de errado.
Orquídea	Família;	Alguma coisa que falhou lá atrás, né? Lá na família, houve alguma questão que pode ser psicológica, uma separação dos pais.

Fonte: dados da pesquisa.

5. ENTRE CUIDADOS E CONTRADIÇÕES, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PARTICIPANTES DA PESQUISA:

Nesta seção, apresentaremos a análise das representações sociais obtido por meio da técnica de análise de conteúdo das entrevistas individuais e da roda de conversa. Os dados coletados foram analisados a partir de sua organização em categorias temáticas, estruturadas com base nas ideias emergentes das práticas discursivas das participantes. Para essa análise, utilizou-se um método específico aplicado ao estudo das representações sociais, cujo objetivo principal foi identificar os sentidos e significados que estão, de alguma forma, implícitos nas falas e na chamada zona muda das representações sociais, captadas durante o processo de coleta.

A organização dos dados em categorias temáticas serviu como um recurso fundamental para identificar padrões, recorrências e singularidades nos discursos, favorecendo a compreensão das representações sociais relacionadas ao objeto de estudo.

5.1. Eixos temáticos, categorias e marcas discursivas nas entrevistas e roda de conversa:

No eixo temático relacionado à instituição de acolhimento, emergiram duas categorias de análise das representações sociais construídas pelas participantes. Essas categorias foram elaboradas a partir de um processo minucioso de exame dos discursos, considerando tanto os conteúdos manifestos quanto os latentes. Por meio dessa abordagem, foi possível identificar aspectos centrais, como percepções sobre as práticas institucionais, relações interpessoais, desafios enfrentados no cotidiano, bem como expectativas e significados atribuídos ao acolhimento. Esse mapeamento permitiu um entendimento aprofundado sobre como as trabalhadoras representam o ambiente institucional:

a) Categoria A1: Acolher e Vigiar:

A categoria "acolher e vigiar" emerge como a representação social predominante entre as trabalhadoras sobre a unidade de acolhimento, evidenciando uma representação ambivalente acerca de seu funcionamento. Apesar de as legislações e os materiais técnicos orientarem a prática profissional para um trabalho focado no acolhimento, o cotidiano dessas profissionais

ainda reflete ações de vigilância e monitoramento, que frequentemente remetem a um sistema de privação de liberdade. Essa dualidade aponta para uma tensão entre uma representação já estabelecida e uma nova que vem se construindo.

O discurso das participantes revela uma preocupação marcante em garantir que os assistidos permaneçam na instituição, deixando em segundo plano aspectos fundamentais como o desenvolvimento físico, emocional e social das crianças e adolescentes acolhidos. Tal ausência é sintomática de uma prática que, embora busque acolher, é permeada por estratégias de controle.

Os materiais técnicos que direcionam o trabalho das instituições de acolhimento enfatizam o conceito de "acolher", compreendido não apenas como a recepção dos assistidos, mas como um compromisso ético de cuidado e proteção. Para as participantes da pesquisa, o termo "acolher" assume um papel simbólico e idealizado, refletindo tanto as expectativas de um ambiente acolhedor quanto as limitações encontradas na execução prática desse ideal.

Uma das participantes destacou o desejo de um acolhimento que transcenda a burocracia, humanizando a prática e buscando atenuar os traumas vividos pelas meninas antes de chegarem à unidade:

“As meninas que estão em situação de vulnerabilidade, de como lidar com cada situação, que não é só a gente receber do Conselho ou do Judiciário, mas de ter um acolhimento diferente, um acolhimento humanizado, de tentar amenizar um pouco da situação de cada uma delas, como elas chegam na unidade.” (Margadira, 2024).

Entretanto, as falas também expõem contradições no discurso das trabalhadoras. A representação da unidade como um espaço de "acolher e vigiar" reflete a coexistência de duas práticas distintas, mas interligadas: de um lado, o desejo de oferecer um ambiente acolhedor e protetivo; de outro, a necessidade de impor limites e controles que remetem a um sistema disciplinar. Essa ambiguidade é ilustrada pela expressão frequentemente usada pelas participantes: "aqui não é prisão". Embora a liberdade dos assistidos esteja formalmente assegurada, a prática revela restrições.

Uma participante exemplificou a dificuldade em equilibrar essas dinâmicas:

"Não é tão divulgada essa informação por conta da necessidade que elas estão precisando no momento. Algumas, às vezes, querem ir embora porque estão com raiva, porque brigaram com alguém aqui dentro, e a gente sabe que não têm para onde ir, a situação está feia lá fora, então a gente não divulga tanto. Porém, é livre, menos PCD, que a gente tem que cuidar porque não responde por si. E 13 anos que a gente não deixa, a gente evita, mas ainda assim é livre. Elas têm esse direito de ir e vir porque não é uma prisão aqui, é uma casa de acolhimento." (Cactos, 2024)

A análise das falas também revela a presença de uma categoria implícita de controle e monitoramento. Essas práticas, ainda que sutis, interferem diretamente na rotina das meninas, conforme relatado:

“Às vezes a gente tem que sentar entre elas, cê vê que tá uma rodinha muito fechada, falando muito baixinho, a gente tem que chegar com cuidado, pra tentar participar, e ver o que está acontecendo, pq a gente tem que tá corrigindo também.” (Girassol, 2024)

“Então, aí cê vê, às vezes traz algum recadinho de fora, você entendeu? Quando tem visita, a gente tem que estar em cima, por que às vezes, né. O celular, você vê, é uma coisa que a gente não pode ficar na frente delas, né, porque elas querem um acesso, né, entendeu? Se tiver um acesso, é rapidinho.” (Cravo, 2024)

Outro aspecto destacado foi a dimensão espiritual, utilizada como recurso emocional e simbólico diante dos desafios cotidianos. A espiritualidade é frequentemente evocada em momentos de tensão, funcionando como uma forma de buscar força diante das dificuldades:

"E eu acho, assim, digo pelo meu plantão, que eu conheço eles, que eu já vi, quando dá tempo, a gente se reúne e faz uma oração, entendeu? A gente pede a presença de Deus, por que só ele que cuida. Então, é assim, às vezes está tendo uma situação, as mulheres falam, vai lá, fulana. Aí eu falo, jura, eu? vou lá, então... Aí eu já falo, Deus, vem comigo, porque eu não dou conta. Ninguém vai dar conta assim. Mas a gente tenta. Porque não é fácil, não." (Orquídea, 2024)

Embora haja um esforço visível para dissociar a unidade de acolhimento da ideia de prisão, as práticas de controle e vigilância persistem, criando uma dinâmica que se aproxima de um sistema disciplinar. A tentativa de restringir contatos externos inadequados, monitorar comportamentos e limitar o acesso a informações reforça esse paradoxo. Paralelamente, a dependência simbólica de recursos espirituais reflete a complexidade emocional e prática do trabalho, demonstrando a interseção entre o cuidado, o controle e as estratégias de enfrentamento.

Apesar do esforço em valorizar o conceito de acolhimento, os discursos das profissionais evidenciam a coexistência de práticas contraditórias. Por um lado, busca-se oferecer um ambiente acolhedor; por outro, há um forte componente de controle e vigilância, frequentemente associado a um sistema disciplinar. A expressão recorrente "aqui não é prisão" revela uma tentativa de distanciar a unidade de acolhimento de uma abordagem punitiva, mas também aponta para a ambiguidade entre liberdade e restrição.

O direito de escolha das acolhidas é formalmente reconhecido, mas, na prática, é limitado pela percepção de que muitas não teriam para onde ir caso deixassem a unidade. Essa tensão reflete uma dinâmica em que a proteção e a liberdade entram em conflito, gerando dilemas éticos e operacionais no cotidiano das profissionais.

b) Categoria A2: Caridade:

Em relação à caridade, quando olhamos para os percursos históricos da constituição das unidades de acolhimento, a caridade é um elemento estruturado na nossa cultura que faz a mediação das relações sociais de quem precisa usufruir de um serviço de acolhimento. Desta forma, nessas categorias, os discursos destacam o caráter acolhedor e caritativo da instituição, há uma preocupação em oferecer suporte emocional e material às acolhidas.

"Eu acho que é assim.. É a caridade.. É a caridade.. Então, eu tenho muitas, clientes que me ajudam a trazer coisas aqui para dentro, mas claro, nada é divulgado. Por que é um bem que elas estão fazendo, elas entenderam o recado. A norma é a caridade, pois sem caridade não há salvação. (Orquídea 2024)"

O uso recorrente da palavra "caridade" nos discursos analisados revela um viés moral e religioso presente na percepção do atendimento prestado, reforçando a ideia de ajuda solidária como valor central. Essa abordagem caritativa orienta as ações realizadas na instituição, como também reflete diretamente na forma como essas trabalhadoras representam seu fazer profissional dentro da unidade de acolhimento. Observou-se, nos relatos, que o trabalho é frequentemente descrito como uma atividade secundária, motivada mais pelo desejo de ajudar do que por uma construção técnica e formalizada de carreira.

Esse tipo de discurso evidencia uma compreensão do trabalho na unidade como uma prática voluntária ou complementar, em vez de uma ocupação profissional principal. Muitas trabalhadoras mencionaram que suas atividades remuneradas e profissionalmente reconhecidas ocorrem em outros espaços e horários, relegando o trabalho na unidade a um papel secundário em suas trajetórias. Tal perspectiva reforça a ideia de que a relação estabelecida com a instituição é mediada por princípios de benevolência e solidariedade, o que, por sua vez, pode limitar o reconhecimento do caráter técnico e especializado dessas funções. Como é possível observar no seguinte trecho:

Na verdade, eu não precisaria. Eu, igual eu estou te falando, eu trabalho com público, né? Eu tenho minhas clientes, eu sou formada, eu sou esteticista. E eu já ouvi de várias clientes. Hoje nem tanto mais, porque eu já expliquei para elas: Você gosta de mim? Então, é assim, essa sou eu. As minhas clientes me falavam: O que você está fazendo lá? Você está doida, não precisa disso. (Cravo, 2024)

No artigo de Scopinho e Rossi (2017) essa categoria caridade aparece como uma representação social hegemônica atribuída às unidades de acolhimento. As representações hegemônicas, conforme Moscovici (1988), são aquelas enraizadas nas instituições e que tendem a ser aceitas como verdades inquestionáveis, formando um consenso generalizado. Essas

representações, muitas vezes influenciadas por normas e valores culturais, são aceitas e internalizadas sem contestação, orientando o comportamento e a percepção coletiva de um grupo (Jodelet, 2001).

Essa perspectiva sugere a presença de uma representação hegemônica, conforme descrito por Moscovici (2003), pois as participantes compartilham uma visão consolidada e amplamente aceita, que unifica o grupo em torno de uma explicação comum para o acolhimento institucional.

Outro aspecto significativo identificado nos discursos é o papel da caridade como valor central na atuação das trabalhadoras. A palavra aparece com frequência, vinculada a um viés moral e religioso que orienta as ações realizadas na instituição. As profissionais descrevem seu trabalho como uma prática solidária, motivada por princípios de benevolência e altruísmo.

Essa abordagem caritativa, embora contribua para a criação de um ambiente acolhedor, também reflete uma visão que tende a desvalorizar o caráter técnico e profissional do trabalho. Muitas participantes percebem suas atividades na unidade como secundárias, realizadas em paralelo a outras ocupações formais. Esse viés limita o reconhecimento das competências específicas exigidas para atuar no acolhimento institucional, reforçando a representação social do trabalho como voluntário ou complementar.

No eixo temático relacionado ao trabalho, emergiram duas categorias de análise das representações sociais construídas pelas participantes. As categorias são: familiar e difícil, mas dá prazer. As contradições estão constantemente os discursos das trabalhadoras.

c) Categoria B1: Familiar:

Em relação à categoria "familiar", o discurso das participantes da pesquisa revela um esforço contínuo em criar um ambiente acolhedor, pautado em vínculos afetivos fortalecidos e em uma atmosfera de cuidado e proximidade. As entrevistadas destacam a importância de reproduzir um sentimento de pertencimento e de apoio mútuo, aproximando-se da ideia de uma família simbólica dentro do espaço institucional. Essa percepção é exemplificada no seguinte trecho da entrevista:

"Eu acho que um ambiente familiar é muito importante, sim. A gente tem que trabalhar muito mais com o sentimento de estar na mesma família. Pela maneira que a gente cuida das meninas, conversa com elas, né? Eu vejo dessa forma, a gente é família." (Girassol, 2024).

Esse depoimento evidencia como as trabalhadoras constroem narrativas que buscam humanizar o atendimento e fortalecer os laços emocionais com as crianças e adolescentes que necessitam do serviço de acolhimento institucional. A ideia de família, nesse contexto, funciona como um recurso simbólico para preencher lacunas emocionais e proporcionar um senso de pertencimento a aqueles que são atendidos. Contudo, ao mesmo tempo em que essa abordagem favorece a criação de um ambiente afetivo e acolhedor, ela também pode reforçar a informalidade nas relações de trabalho e desvalorizar o caráter profissional das atividades desenvolvidas.

Desse modo, é fundamental refletir sobre como equilibrar o componente afetivo com uma estrutura profissionalizada, que reconheça e valorize o papel técnico e especializado das trabalhadoras. Esse equilíbrio pode contribuir para a construção de um ambiente institucional que seja, ao mesmo tempo, acolhedor e eficiente na promoção do desenvolvimento e bem-estar das acolhidas.

O conceito de família simbólica emerge como um recurso importante na construção de um ambiente acolhedor dentro das unidades. As profissionais destacam a importância de criar vínculos afetivos com as acolhidas, reproduzindo uma atmosfera de pertencimento e apoio mútuo. Essa abordagem busca preencher lacunas emocionais, oferecendo um senso de segurança e proximidade às crianças e adolescentes que necessitam do serviço de acolhimento.

Contudo, essa valorização dos laços familiares simbólicos pode contribuir para a informalidade nas relações de trabalho, reforçando a ideia de que o acolhimento é mais um ato de afeto do que uma prática profissional técnica e especializada.

d) Categoria B2: Difícil, mas dá prazer:

A análise do discurso das participantes oferece uma representação multifacetada sobre a vivência profissional em uma unidade de acolhimento, revelando perspectivas distintas que ajudam a compreender as dinâmicas desse contexto de trabalho. As falas evidenciam tanto as dificuldades quanto as recompensas emocionais associadas às funções, destacando aspectos individuais e organizacionais que influenciam a experiência das trabalhadoras.

Rosa, por exemplo, adota uma postura resiliente e positiva. Apesar de descrever a rotina como intensa, puxada e pesada, ela demonstra uma percepção equilibrada, encontrando tranquilidade e satisfação no impacto positivo de seu trabalho. Para ela, contribuir para o

desenvolvimento e o bem-estar das crianças e adolescentes é uma fonte de realização pessoal e profissional. Essa visão reflete a capacidade de enxergar propósito mesmo diante de adversidades, destacando momentos de gratificação como estímulo para continuar enfrentando os desafios diários: "Mesmo sendo uma rotina meio pesada às vezes, acho que dá prazer sim, principalmente quando a gente consegue fechar uma situação e percebe a melhora de uma acolhida, isso é gratificante." (Rosa, 2024).

Por outro lado, Margarida apresenta uma visão mais crítica e realista, marcada por cansaço e sobrecarga. Sua fala revela a exaustão emocional e física decorrente de um contexto de trabalho exigente e a sensação de estar no limite. A descrição de uma rotina desgastante está associada à falta de suporte estrutural, como o déficit de funcionários, o que intensifica a pressão diária. Margarida também evidencia uma forte autocrítica, que agrava a sensação de não alcançar plenamente os objetivos esperados: "A sensação que eu tenho é que eu fraquejei, não consegui passar para elas a importância de estar dentro da unidade de acolhimento." (Margarida, 2024).

Essas perspectivas contrastantes sugerem que fatores como suporte organizacional, estratégias de enfrentamento e reconhecimento profissional desempenham um papel crucial na forma como as profissionais representam a relação com o trabalho. Enquanto Rosa encontra resiliência em recursos internos ou externos que lhe permitem transformar dificuldades em aprendizado e satisfação, Margarida revela a necessidade urgente de mudanças estruturais e organizacionais para aliviar a sobrecarga e melhorar o ambiente de trabalho.

Cravo também descreve a rotina como pesada, mas destaca a gratificação como um fator compensatório, ecoando a visão de Rosa. Ele enxerga os resultados positivos nas acolhidas como uma fonte de motivação, evidenciando a importância de perceber avanços e conquistas no cotidiano profissional. Já Girassol oferece uma visão mais sucinta, afirmando que a rotina é "boa, mas cansativa," o que reflete um equilíbrio entre os aspectos positivos e negativos do trabalho.

Os discursos revelam um espectro de experiências emocionais, desde a resiliência e motivação encontradas em momentos gratificantes até a exaustão e sensação de inadequação provocadas pela sobrecarga.

Essas vivências contrastantes refletem a complexidade do trabalho em unidades de acolhimento, onde desafios e conquistas coexistem de maneira intrínseca. Reconhecer essas diferentes perspectivas é fundamental para orientar ações que promovam não apenas o bem-

estar dos trabalhadores, mas também a qualidade do acolhimento oferecido às crianças e adolescentes.

No eixo temático relacionado as representações sociais das famílias das acolhidas, emergiu uma categoria de análise, a culpada:

e) Categoria C1: Culpada:

Na categoria culpa, este é o termo que aparece com maior frequência no discurso das participantes ao se referirem às famílias das crianças e adolescentes acolhidos. Nessa categoria, foi possível observar que as participantes atribuem a responsabilidade pelo acolhimento institucional das crianças e adolescentes a falhas cometidas por seus familiares. Essa atribuição de culpa é quase unânime entre as entrevistadas, como ilustrado na fala de uma das participantes: “Alguma coisa que falhou lá atrás, né? Lá na família, houve alguma questão que pode ser psicológica, uma separação dos pais.” (Cactos, 2024).

No contexto analisado, a atribuição da culpa às famílias na institucionalização das crianças reflete essa visão hegemônica dominante, que responsabiliza o ambiente familiar pela situação das crianças acolhidas.

“Infelizmente, conflitos familiares que as famílias não dão conta. Inclusive, teve uma mãe aqui que falou: vou deixá-la aqui no abrigo por mais tempo, para ver se ela melhora. Aí eu disse a ela que não, porque aqui a gente não vai consertar a vida de ninguém, a gente vai orientar. Mas que isso é papel da família. A família está esquecendo o papel dela. Acho que na escola, na área social, em todas as esferas.” (Rosa, 2024)

Essa narrativa, ao mesmo tempo em que unifica o discurso das profissionais, também reforça um estigma que pode ser prejudicial às famílias. Atribuir exclusivamente à família a responsabilidade pela institucionalização e ignora as complexidades sociais, econômicas e estruturais que contribuem para essa realidade. Fatores como a precariedade das políticas públicas, a falta de acesso a serviços sociais, educacionais e psicológicos, bem como desigualdades sistêmicas, são elementos que também desempenham um papel significativo no acolhimento institucional.

Além disso, ao adotar essa perspectiva, as trabalhadoras podem involuntariamente perpetuar uma visão reducionista que desconsidera a possibilidade de intervenções mais abrangentes e transformadoras. É essencial compreender que o acolhimento institucional não é apenas uma consequência de “falhas familiares”, mas um fenômeno multifacetado que demanda uma abordagem integrada e sensível às diversas realidades vivenciadas por essas famílias.

Portanto, compreender as representações sociais de culpa sob uma ótica crítica é um passo fundamental para desconstruir estigmas e propor práticas que considerem as nuances e os desafios enfrentados tanto pelas famílias quanto pelas instituições de acolhimento.

A análise das representações sociais acerca da unidade de acolhimento evidencia uma perspectiva controversa em relação ao trabalho desenvolvido. Enquanto o fazer profissional é descrito como um ato de caridade com base religiosa, há uma percepção de que essa atuação não corresponde a um trabalho formal, mas a uma prática solidária voluntária. Essa representação social reforça a desvalorização da profissionalização nesse contexto, tornando necessário um debate sobre a importância de reconhecer o papel dessas profissionais como agentes formais de cuidado e assistência, legitimando suas práticas e contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas de acolhimento.

No caso desta pesquisa, a instituição de acolhimento é representada de maneira ambivalente: algumas representações sugerem uma função de acolhimento e cuidado, enquanto outras a assemelham a uma instituição prisional. Essa controvérsia entre as representações sociais revela a tensão entre uma visão ideal de acolhimento e a prática cotidiana, na qual as ações muitas vezes se aproximam de práticas prisionais. Assim, os elementos que compõem a representação social da instituição são mistos e ambíguos, resultando em uma visão controversa do papel da unidade na sociedade. Representações sociais controversas ocorrem quando diferentes grupos constroem compreensões opostas sobre um mesmo tema, revelando divergências fundamentais em relação a valores, crenças e práticas (Moscovici, 2003).

A categoria culpa aparece com destaque nos discursos das participantes, sendo frequentemente atribuída às famílias das crianças e adolescentes acolhidos. As profissionais tendem a associar a necessidade de acolhimento institucional a falhas nos vínculos familiares, como questões psicológicas, separações conjugais ou outros fatores de desestruturação. Essa perspectiva revela uma visão normativa sobre o papel das famílias e reflete a complexidade das relações entre o acolhimento e as dinâmicas familiares.

Os discursos analisados revelam os múltiplos significados atribuídos ao ato de acolher, que se desdobram em práticas, valores e contradições no cotidiano das instituições de acolhimento. Enquanto o acolhimento é idealizado como uma prática humanizada e empática, elementos de controle, caridade e informalidade no trabalho tencionam essa visão, apontando para a necessidade de maior reconhecimento profissional e fortalecimento das bases técnicas dessas funções.

A análise evidencia que o acolhimento institucional é um espaço de complexidade simbólica, onde coexistem cuidados afetivos, práticas disciplinares e valores morais. Essa interação entre dimensões distintas desafia as profissionais a equilibrar demandas técnicas, emocionais e éticas em sua atuação, reforçando a importância de políticas públicas que valorizem e apoiem esse trabalho essencial.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pergunta que motivou esta pesquisa foi: Quais as representações sociais que trabalhadoras e trabalhadores das unidades de acolhimento institucional têm sobre essas instituições? A partir dessa questão, iniciamos o percurso científico com uma reflexão sobre como a literatura científica tem abordado as unidades de acolhimento institucional de crianças e adolescentes.

Na revisão da literatura, identificamos que, no âmbito científico, a proteção de crianças e adolescentes é frequentemente associada à criação de um ambiente propício e seguro para o desenvolvimento físico, mental e social desses sujeitos. Com base nesse entendimento, traçamos o percurso histórico da assistência social e suas implicações na contemporaneidade.

O resgate histórico revelou que a assistência social no Brasil passou por transformações significativas. Saiu de um modelo assistencialista e caritativo para uma abordagem voltada à garantia de direitos, especialmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a consolidação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 1993. Essas mudanças reforçaram o papel da assistência social como uma responsabilidade pública, focada na proteção integral de sujeitos em situação de vulnerabilidade, incluindo crianças e adolescentes.

A análise deste fenômeno foi conduzida sob a ótica da teoria das representações sociais, que permitiu compreender como os trabalhadores representam e se posicionam em relação ao seu papel, às responsabilidades assumidas e à própria instituição. No contexto das unidades de acolhimento, as representações sociais revelaram-se ferramentas essenciais para desvendar as nuances dessas percepções.

O estudo também teve como objetivo inspirar novas iniciativas e aprimoramentos que possam fortalecer a proteção e o cuidado de crianças e adolescentes. Entendemos que integrar as trajetórias acadêmicas e profissionais às representações sociais construídas pelos trabalhadores sobre as unidades de acolhimento é crucial. Essa integração pode contribuir para melhores condições de trabalho e para uma experiência de cuidado mais adequada aos acolhidos.

As representações sociais dos trabalhadores, contudo, mostraram-se controversas. Por um lado, idealizam a unidade como um espaço acolhedor e protetor. Por outro, relataram práticas que, na realidade, se assemelham a características de instituições prisionais. Essa

ambiguidade evidencia uma tensão entre a visão idealizada e a realidade prática, na qual coexistem representações conflitantes sobre o papel da instituição.

Outro ponto significativo observado foi a forma como os participantes enxergam sua atuação. Muitos a percebem como uma prática caritativa, descolada do serviço público fundamentado na política de assistência social. Durante entrevistas e rodas de conversa, a política pública de assistência social não foi mencionada, sugerindo que as ações desses trabalhadores não estão alinhadas às diretrizes técnicas estabelecidas.

Essa visão caritativa, profundamente enraizada na cultura da assistência social brasileira, traz implicações importantes para o trabalho dos profissionais e para a experiência das crianças e adolescentes em acolhimento. Segundo os princípios do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o acolhimento deve ser realizado em conformidade com diretrizes de proteção integral e cidadania, respeitando os direitos dos acolhidos e promovendo sua reintegração familiar sempre que possível. A desconexão entre a prática dos trabalhadores e os preceitos do SUAS aponta para a necessidade de maior capacitação e conscientização sobre o papel dos profissionais no contexto da assistência pública.

Acreditamos que estudos como este promovem uma reflexão crítica sobre a política pública de assistência social e sobre as práticas dos trabalhadores nesse campo. Tais reflexões podem subsidiar melhorias no sistema de assistência social, contribuindo para intervenções mais alinhadas às necessidades dos acolhidos e às diretrizes de proteção social. Com isso, espera-se fomentar práticas de acolhimento mais qualificadas e humanizadas, fortalecendo o compromisso dos trabalhadores com os direitos e o bem-estar das crianças e adolescentes em acolhimento.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABRIC, J. C. **A abordagem estrutural das representações sociais**. In MOREIRA, Antonia S. P.; OLIVEIRA, Denize C. (orgs). Estudos interdisciplinares de Representação Social. Goiânia: AB, 1998
- ANADON M. MACHADO P. B. **Reflexões teórico-metodológicas sobre as representações sociais**. Metta comunicações, 2011.
- ALMEIDA, M. M; Azevedo, G. A. N. **Projeto e Percepção do Ambiente**. n.3, 2017.
- ALVES, S., & TEO, C. R. P. A. **O ativo das metodologias ativas: contribuições da teoria histórico-cultural para os processos de ensinar e aprender na educação superior**. Educação em revista, 36, e229610, 2020
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. *Libros tecnicos e científicos*, 2. 1981.
- ARRUDA, A. **Mudanças e representações sociais**. In Temas em Psicologia da SBP, Volume 8, Rio de Janeiro – RJ 2000.
- AQUINO, G. LOPES, Z. BERNARDES, A. **As políticas sociais: quando as ações de proteção e cuidado não tem visibilidade e têm uma identificação de gênero**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 13 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2024. Disponível em: file:///C:/Users/vanes/Downloads/TRABALHO_FINAL_POLITICA_SOCIAL_GENERO_E_CUIDADO.pdf . Acessado em: outubro 2024.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3ª Reimpressão. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARBOSA, P. P. L. **O trabalho dos menores no Decreto 1.313 de 17 de janeiro de 1891 USP**, 2015. Disponível: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/124221-Texto%20do%20artigo-234506-1-10-20161214.pdf>. Acessado em dezembro de 2023.
- BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. In Um amor conquistado: o mito do amor materno (pp. 370-370). 1985.
- BELFORT P., BARROS S., GOUVEIA M. E SANTOS M. **Representações sociais de família no contexto do acolhimento institucional**. In Revista Psicologia, teoria e prática. São Paulo 2015.
- BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica (NOB/SUAS)**. Brasília: MDS, 2012.
- BRASIL. **Código de Menores, Lei Federal 6.697, de 10 de outubro de 1979, dispõe sobre assistência, proteção e vigilância a menores**. Disponível: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927-501820-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em dezembro de 2023

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm; acesso em abril de 2023

BRASIL, **Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm; acesso em abril de 2023.

BRASIL, **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm; acesso em abril de 2023.

BRASIL, **Conselho Nacional de Assistência Social. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para criança e adolescentes**. Resolução Conjunta nº 01, de 18 de junho de 2009.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política social: Fundamentos históricos**. 9ª Edição. São Paulo, 2011.

BEZERRA, C; SILVA, D. F. **SELVAGERIA BURGUESA: os reflexos do modo de produção capitalista sobre os povos indígenas**. IN X Jornada Internacional Políticas Públicas. Disponível: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_946_946612d68a9c386c.pdf. Acesso em outubro de 2023.

CARDOSO PAULINO, L.; MOTA, J. M. **CONSTRUÇÃO DO CASO CLÍNICO EM PSICANÁLISE: Contribuições Ao Serviço De Acolhimento Institucional**. Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas, v. 5, n. 9, p. 225-242, 7 set. 2020.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, 1998.

CALDEIRA, M. C.; SCATENA, L.; GONÇALVES, C. A. F.; ANDRADE, R. M. **Grupos de reflexão com educadoras sociais: análise do trabalho em abrigo**. Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 522–532, 2021. DOI: 10.18554/refacs.v9i3.4531. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaelectronica/index.php/refacs/article/view/4531>. Acesso em: 30 jan. 2024

CAMARGO, B. **Serge Moscovici (14/06/1925 - 16/11/2014): um percussor inovador na psicologia social**. Memorandum: Memória e História Em Psicologia. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6467/4054> Acesso em maio 2023.

CAMARGO, B. **Um paradigma de teorias sobre as Representações sociais?** Belo Horizonte, 2019.

CAMARGO, B. E WACHELKE, J. **Representações Sociais, Representações Individuais e Comportamento**. Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology – 2007.

CECCIM, R. B; PALOMBINI, A. L. **Imagens da infância, devir-criança e uma formulação à educação do cuidado**. Psicologia & Sociedade; 21 (3): 301-312, 2009.

CHICRALLA A. C; CALDAS H. **Adolescência e política pública: a prática psicanalítica em abrigo institucional**. Revista Affectio Societatis. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Centro De Referência Técnica Em Psicologia E Políticas Públicas. Referência Técnica Para Atuação Do(A) Psicólogo(A) No Na Rede De Proteção Às Crianças E Adolescentes Em Situação De Violência Sexual**. Brasília: 2ª Edição, CFP, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Como os psicólogos e as psicólogas podem contribuir para avançar o sistema único de assistência social (SUAS) – informações para gestoras e gestores**. Brasília: CFP, 2011.

COSTA, G. O.; **A política de assistência social das unidades de acolhimento para crianças e adolescentes sob a análise da teoria contingencial**. Revista Produção e Desenvolvimento. 2022.

COUTO, Berenice R. et al. (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

DURKHEIM, E. **Representações Individuais e Representações Coletivas**. In DURKHEIM, E. Sociologia e Filosofia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1970.

FARR, Roberto M. **Representações sociais: a teoria e sua historia**. In GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). Textos em representações sociais, 11a ed., p. 31-59). Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo**. Brasília: Plano Editora, 2003.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

GOMES, J. C.; MISHIMA-GOMES, F. K. T.; CORRADI-WEBSTER C. M.; **Cuidado institucional a crianças e adolescentes usuários de drogas**. Psicologia social e organizacional, 2021.

GONÇALVES, M. G. M. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2010.

GONZÁLEZ REY, F. L. **O que oculta o silêncio epistemológico da Psicologia?** Pesquisas e Práticas Psicossociais, 8(1), São João del-Rei, 2013

IANNELLI, A. M.; ASSIS, S. G. e PINTO, L. W. **Reintegração familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional em municípios brasileiros de diferentes portes populacionais.** Ciência & Saúde Coletiva, 2015.

JODELET, D. **Reflexões sobre o fenômeno representativos.** 1ª Edição. Belo Horizonte - MG, 2019.

JODELET, D. **O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais.** Sociedade e Estado, Brasília, v. 24, n. 3, p. 679-712, set./dez. 2009.

JODELET, D. **Problemáticas psicossociais da abordagem da noção de sujeito.** In Cadernos de Pesquisav.45 n.156 p.314-327 abr./jun. 2015.

LESSA, S; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx.** Disponível em: https://ivotonet.xp3.biz/arquivos/Introducao_a_Filosofia_de_Marx.pdf. Acesso em outubro de 2023.

LIMA, R.; CAMPOS, P. **Núcleo figurativo da representação social: contribuições para a educação.** Educação em Revista Belo Horizonte v.36. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/3Q5FGTyMMwvsYqwYC43mdRK/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em dezembro de 2024.

LOPES, Z. **Andrade Representações sociais acerca da violência de gênero: significados das experiências vividas por mulheres agredidas.** Ribeirão Preto, 2009.

LUGONES, M. **Colonialidade e gênero.** IN: Pensamentos feministas hoje perspectiva decolonial. 2020

MARCÍLIO, M. L. **A criança abandonada na História de Portugal e do Brasil.** IV Congresso Histórico de Guimarães, do absolutismo ao liberalismo. 2009 Disponível em: <https://chi.guimaraes.pt/actas/4CH/4sec/4ch-4sec-013.pdf>. Acessado em setembro de 2024.

MALLART, F. **O arquipélago.** Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 31, n. 3 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/LZDfgsTnnYztzsHXXrgxfnk/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em maio 2024.

MARKOVÁ, I. **A fabricação da teoria de representações sociais.** Cadernos de Pesquisa v.47, 2017.

MIRANDA, G. L., & OLIVEIRA, V. C. **Capacidade estatal e eficácia na política de atenção a crianças e adolescentes.** Revista Do Serviço Público. 2018. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/1783/1948>. Acessado em: fevereiro de 2024.

- MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Maria Cecília De Souza Minayo (org.); Suely Ferreira Deslandes; Romeu Gomes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Trad. De Pedrinho A. Guareche, 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigações em psicologia social** / Serge Moscovici; editado em inglês por Gerard Duveen; traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. 7. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- MOSCOVICI, S. **A Invenção da Sociedade: sociologia e psicologia**. Tradução de Maria Ferreira. Coleção Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2011
- MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigação em psicologia social**. 5ª Edição. Petrópolis - RJ, 2007.
- NASCIMENTO, A. NASCIMENTO-GIANORDOLI, I.; ANTUNES'ROCHA, M. **Representações sociais, identidade e preconceito: estudos de psicologia social**. Belo Horizonte - MG. 2019.
- NASCIMENTO, A. C. **A roda dos enjeitados no Recife (1789-1832): entre o debate historiográfico e o labirinto da pesquisa**. In: Schreiner, Davi Félix; Pereira, Ivonete; Arend, Silvia Maria Fávero. Infâncias brasileiras: experiências e discursos. Cascavel, UNIOESTE, 2009.
- NARVAZ, M. G. ; KOLLER, S. H. **Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa**. *Psicologia & Sociedade*, v. 18, n. 1, p. 49–55, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/VwnvSnb886frZVkpBDpL4Xn/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: abr. 2023.
- OLIVEIRA E. S., LUCINI M. **O Pensamento Decolonial: Conceitos para Pensar uma Prática de Pesquisa de Resistência**, vol. 08, n. 01, Jan./Mar. 2021, p. 97-115 | Boletim Historiar, Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/historiar/index>.
- PAULINO, J. V. **A política assistencial face aos expostos: estudo de caso do encerramento da roda dos enjeitados na Lisboa Oitocentista**. Revista de história da sociedade e da cultura. Lisboa – PT, 2017.
- PAGNOTA R. M. N. F.; PREBIANCH H. B. **Estresse e Estratégias de Enfrentamento em Profissionais de Abrigos Institucionais**. *Psicologia: Ciência e Profissão* 2021.
- QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: Lander, E. (Org.), A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, p. 227-278. (2005).
- RIBEIRO, M. O., & CIAMPONE, M. H. T. **Crianças em situação de rua falam sobre os abrigos**. Revista Da Escola De Enfermagem Da USP, 2002.

ROCHA, L. F.; **Teoria das Representações Sociais: a Ruptura de Paradigmas das Correntes Clássicas das Teorias Psicológicas**; Psicologia, Ciência e Profissão. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/wrWbcH7fPm37DBzk6x4JmKK/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em setembro de 2024;

RODARTE et all. **Fatores de Proteção sob o Olhar de Adolescentes Vitimizados e Institucionalizados**. Revista de Enfermagem Referência. 2015

SÁ, C. P. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

SANTAELLA, L. **O que é semiótica?** São Paulo: Brasiliense, 1983.

SANTAELLA, L. **Semiótica aplicada**, São Paulo: Thomson, 2002.

SILVA; V. J. C; GALINDO, D. C. G. **Afetos e deficiências: uma psicologia sobre rodas**. Revista Psicologia Política, Disponível em: <https://submission-psic.scielo.br/index.php/rpp/article/view/24390/1456>. Acessado em setembro de 2024.

SILVA, Cássia Kelly; SOBRINHO, Camila Nascimento; SILVA, Maria Paula Souza; FERRARI, Aline Sanchez; CROCETTA, Tania Brusque; MONTEIRO, Carlos Bandeira de Mello; FERNANI, Deborah Cristina Gonçalves Luiz; DANTAS, Maria Tereza Artero Prado. **Desenvolvimento e controle motor de indivíduos institucionalizados em abrigos**. ConScientiae Saúde, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/saude/article/view/11020>. Acesso em: 30 jan. 2024.

SILVA; L. C. OLIVEIRA. A. S.; **SER CRIANÇA EM INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO**. Contradição - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas e Sociais. 2023.

SCOPINHO, R. A; ROSSI, A.; **Entre a caridade, a filantropia e os direitos sociais: representações sociais de trabalhadoras do care**. Estudos de Psicologia I Campinas I 34(1) I 75-85 I janeiro - março 2017

TRINDADE, Z. A.; SANTOS, M. F. S.; ALMEIDA, A. M. O.; **Ancoragem: notas sobre consensos e dissensos**. In ALMEIDA, ANGELA M. DE O; SANTOS, Maria de F. de S; TRINDADE, ZEIDI A. (Org.). TRS 50 anos. Brasília: Techpolitik, 2011.

TOMALASSI, S. **A palavra da FUNABEM**. In Psicologia Ciência e Profissão, 1988. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/YFqf4Y7mbXwVS66msL7jfxr/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em outubro de 2024.

8. APÊNDICE A - CONVITE

Prezado (a), eu sou Vanessa Duarte, pesquisadora responsável pela pesquisa “REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE TRABALHADORAS E TRABALHADORES DE UMA UNIDADE DE ACOLHIMENTO SOBRE A PRÓPRIA INSTITUIÇÃO ACOLHEDORA.”, você está sendo convidada a participar. pretendemos analisar as representações sociais de trabalhadores de unidade de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no município de campo grande – ms. Para tanto, sua contribuição é muito importante e consiste em participar de uma entrevista e roda de conversa com a pesquisadora. A entrevista terá duração de aproximadamente cinquenta minutos e a roda de conversa terá duração aproximada de trinta minutos, ambas atividades abordará a temática da pesquisa. Esclarecemos que a entrevista só acontecerá após o aceite de participação, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) no dia da entrevista. Todas as informações prestadas e sua identificação pessoal será mantida em sigilo. É garantido o seu direito de não responder a qualquer pergunta ou de se retirar da pesquisa a qualquer momento, sem quaisquer prejuízos e sem que necessite se justificar. Caso manifeste interesse em participar, iremos agendar o dia, horário e local para realizarmos a entrevista. Havendo alguma dúvida estarei à disposição para elucidá-las, fique à vontade em fazer contato comigo, também pelo telefone/whatsapp (67) 992969344. Aguardo sua devolutiva sobre o aceite ou não ao convite neste e-mail (vanessa.duarte@ufms.com)

9. APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - ENTREVISTA

Prezado(a), você está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada “Representações Sociais No Contexto Do Acolhimento Institucional”, desenvolvida pela pesquisadora Vanessa Duarte. Tal estudo tem por objetivo central analisar as representações sociais de Unidades de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes pela perspectiva dos trabalhadores que atuam nessas unidades.

O convite para participação se deve por você compor uma das equipes formadas por cuidadores, merendeiras, motoristas, assistentes sociais e psicólogos (as) do quadro de trabalhadores ativos da Secretaria Municipal de Assistência Social – SAS.

Sua participação é voluntária, isto é, não é obrigatória. Você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento, sem que lhe ocorram quaisquer prejuízos. Caso alguma solicitação ou pergunta lhe pareça inadequada, poderá deixar de responder, e até mesmo desistir de participar da pesquisa.

Ressalta-se que sua colaboração será respaldada pela confidencialidade das informações; e se faz importante para a execução da pesquisa, pois esta pode promover futuros projetos de pesquisa, propiciar o reconhecimento a partir de procedimentos empíricos que resultem em possibilitar a reflexão sobre conceitos hegemônicos que oportunizem a compreensão de uma realidade social diferente da norma posta, viralizando assim diferentes conceitos e oportunidades de novas propostas de intervenções; ampliação de estudos e pesquisas no campo de conhecimento da temática e que resulte em aportes para os profissionais da AS; reconhecer procedimentos empíricos que resultem em construção científica sob a concepção da TRS; evidenciar, em âmbito local, a Assistência Social por um viés teórico-científico e gerar informações sobre o serviço socioassistencial Campo Grande – MS. A participação será possibilitada por meio de sua aprovação, mediante assinatura deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Sua participação consistirá em responder a uma série de perguntas e dialogar com a pesquisadora a partir de uma entrevista semiestruturada que abordará temas relacionados ao fazer profissional em uma unidade de acolhimento institucional para crianças e adolescentes.

Este local compreende um espaço reservado e seguro, atendendo ao critério da confidencialidade, sigilo e aos critérios de biossegurança necessários. Estima-se que a entrevista seja de aproximadamente 50 minutos e, se você autorizar, será gravada.

A gravação se faz condição indispensável, para que se possa realizar a análise adequada do conteúdo exposto. Qualquer dado que possa identificá-la será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e lhes são garantidos o anonimato, a preservação de sua imagem e o sigilo das informações. Não será divulgada a sua voz, tampouco dados que permitam sua identificação. Todas as informações obtidas nesta entrevista serão utilizadas para fins exclusivamente acadêmicos, voltados aos objetivos da pesquisa citada. Ninguém, além da pesquisadora, saberá de suas respostas, sendo que apenas pesquisador e participante terão acesso a este documento. Todos os dados oriundos da coleta de dados (entrevista, transcrições e gravações) ficarão apropriadamente armazenados em local seguro, sob responsabilidade da pesquisadora, pelo período de cinco anos, conforme a resolução CNS nº 466/2012. A qualquer momento, dentro deste período, as participantes poderão solicitar as informações. Após este período os dados serão devidamente descartados.

Esta pesquisa oferece riscos mínimos à sua participação, os quais se relacionam com a possibilidade de no decorrer da entrevista serem suscitadas emoções ligadas a alguma experiência da rotina de trabalho. Caso seja necessário, a pesquisadora se compromete a prestar suporte psicológico a você, participante da pesquisa, facilitando os encaminhamentos que se façam necessários, auxiliando na busca de profissionais qualificados da psicologia ou psiquiatria, na rede pública, privada ou convênios, que possam lhe prestar atendimento (de acordo com as possibilidades e vontade da participante).

As participantes terão direito a tal assistência, seja no decorrer, ou mesmo posterior ao encerramento da pesquisa.

Salientamos que caso concorde em participar, sua participação tem caráter voluntário e não resultará em qualquer tipo de remuneração ou custos com esta entrevista.

Em caso de gastos decorrentes de sua participação na pesquisa, você será ressarcido(a), bem como, em caso de eventuais danos decorrentes de sua participação na pesquisa, você será indenizado(a) pela pesquisadora.

A pesquisadora se compromete em apresentar a você os resultados da pesquisa, caso seja solicitado, por meio de relatórios dirigidos aos participantes. Os resultados também poderão ser publicados em revistas científicas, artigos científicos, e no formato de dissertação,

(rubrica) Pesquisador

Vanessa Duarte (pesquisadora): email: (67) 992969344 - Av. Fernando Correa da Costa, 1500 –Vila Carvallho, CEP: 79005-500 em Campo Grande – MS. (67) 98179-8053, email: vanessa_duarte_2@hotmail.com
Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFMS: (67)3345-7187 - Cidade Universitária, Avenida Costa e Silva, s/n, CEP: 79.070-900, Bairro Universitário, Prédio das Pró- Reitorias – Hércules Maymone, 1º andar, email: cepconeppropp@ufms.br.

(rubrica) Participante

bem como apresentados em eventos científicos, sendo preservadas a identidade e privacidade (sua e das demais pessoas envolvidas).

Este termo é redigido em duas vias, todas as vias devem ser rubricadas e a última assinada, sendo uma da participante e outra da pesquisadora.

Em caso de dúvidas quanto à sua participação, você pode entrar em contato com o pesquisador responsável das seguintes formas: Email: vanessa_duarte_2@hotmail.com , através de contato telefônico, pelo número (67) 992969344 ou pelo endereço (profissional): Av. Fernando Correa da Costa, 1500 –Vila Carvallah, CEP: 79005-500 em Campo Grande – MS.

Caso de dúvidas ou eventual necessidade de esclarecimentos sobre os direitos como participante e a condução ética do estudo, poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFMS, no telefone (67)3345-7187 ou no endereço: Cidade Universitária, Avenida Costa e Silva, s/n, CEP: 79.070-900, Bairro Universitário, Prédio das Pró- Reitorias – Hércules Maymone, 1º andar, Email: cepconep.propp@ufms.br, com atendimento ao público das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min. O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade, visando contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos. Dessa forma, o CEP tem o papel de avaliar e monitorar o andamento da pesquisa de modo que o estudo atenda aos princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Assim, você: declara estar ciente de todos os esclarecimentos dispostos no presente termo, compreendendo os objetivos, implicações, benefícios e riscos em participar da pesquisa; entende que sua participação é totalmente voluntária e que, durante a realização da entrevista, poderá interrompê-la quando desejar, sem sofrer quaisquer prejuízos.

(rubrica) Pesquisador

(rubrica) Participante

Vanessa Duarte (pesquisadora): email: (67) 992969344 - Av. Fernando Correa da Costa, 1500 –Vila Carvallah, CEP: 79005-500 em Campo Grande – MS. (67) 98179-8053, email: vanessa_duarte_2@hotmail.com
Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFMS: (67)3345-7187 - Cidade Universitária, Avenida Costa e Silva, s/n, CEP: 79.070-900, Bairro Universitário, Prédio das Pró- Reitorias – Hércules Maymone, 1º andar, email: cepconep.propp@ufms.br.

Você autoriza que seja gravada, em áudio, a sua entrevista? () Sim () Não

Assinatura do(a) participante da pesquisa

Vanessa Duarte
Pesquisador responsável

(rubrica) Pesquisador

(rubrica) Participante

Vanessa Duarte (pesquisadora): email: (67) 992969344 - Av. Fernando Correa da Costa, 1500 –Vila Carvallho, CEP: 79005-500 em Campo Grande – MS. (67) 98179-8053, email: vanessa_duarte_2@hotmail.com
Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFMS: (67)3345-7187 - Cidade Universitária, Avenida Costa e Silva, s/n, CEP: 79.070-900, Bairro Universitário, Prédio das Pró- Reitorias – Hércules Maymone, 1º andar, email: cepconeppropp@ufms.br.

10. APÊNDICE C - TCLE - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – RODA DE CONVERSA

Prezado(a), você está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada “Representações Sociais No Contexto Do Acolhimento Institucional”, desenvolvida pela pesquisadora Vanessa Duarte. Tal estudo tem por objetivo central analisar as representações sociais de Unidades de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes pela perspectiva dos trabalhadores que atuam nessas unidades.

O convite para participação se deve por você compor uma das equipes formadas por cuidadores, merendeiras, motoristas, assistentes sociais e psicólogos (as) do quadro de trabalhadores ativos da Secretaria Municipal de Assistência Social – SAS.

Sua participação é voluntária, isto é, não é obrigatória. Você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento, sem que lhe ocorram quaisquer prejuízos. Caso alguma solicitação ou pergunta lhe pareça inadequada, poderá deixar de responder, e até mesmo desistir de participar da pesquisa.

Ressalta-se que sua colaboração será respaldada pela confidencialidade das informações; e se faz importante para a execução da pesquisa, pois esta pode promover futuros projetos de pesquisa, propiciar o reconhecimento a partir de procedimentos empíricos que resultem em possibilitar a reflexão sobre conceitos hegemônicos que oportunizem a compreensão de uma realidade social diferente da norma posta, viralizando assim diferentes conceitos e oportunidades de novas propostas de intervenções; ampliação de estudos e pesquisas no campo de conhecimento da temática e que resulte em aportes para os profissionais da AS; reconhecer procedimentos empíricos que resultem em construção científica sob a concepção da TRS; evidenciar, em âmbito local, a Assistência Social por um viés teórico-científico e gerar informações sobre o serviço socioassistencial Campo Grande – MS. A participação será possibilitada por meio de sua aprovação, mediante assinatura deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Sua participação consistirá em responder a uma série de perguntas e dialogar com a pesquisadora a partir de uma entrevista semiestruturada que abordará temas relacionados ao fazer profissional em uma unidade de acolhimento institucional para crianças e adolescentes.

88

(rubrica) Pesquisador

Vanessa Duarte (pesquisadora): email: (67) 992969344 - Av. Fernando Correa da Costa, 1500 – Vila Carvvalho, CEP: 79005-500 em Campo Grande – MS. (67) 98179-8053, email: vanessa_duarte_2@hotmail.com
Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFMS: (67)3345-7187 - Cidade Universitária, Avenida Costa e Silva, s/n, CEP: 79.070-900, Bairro Universitário, Prédio das Pró- Reitorias – Hércules Maymone, 1º andar, email: cepconeppropp@ufms.br.

(rubrica) Participante

Este local compreende um espaço reservado e seguro, atendendo ao critério da confidencialidade, sigilo e aos critérios de biossegurança necessários. A roda de conversa terá aproximadamente 30 minutos e com a autorização de todos os participantes, será gravada.

A gravação se faz condição indispensável, para que se possa realizar a análise adequada do conteúdo exposto. Qualquer dado que possa identificá-la será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e lhes são garantidos o anonimato, a preservação de sua imagem e o sigilo das informações. Não será divulgada a sua voz, tampouco dados que permitam sua identificação. Todas as informações obtidas nesta entrevista serão utilizadas para fins exclusivamente acadêmicos, voltados aos objetivos da pesquisa citada. Ninguém, além da pesquisadora, saberá de suas respostas, sendo que apenas pesquisador e participante terão acesso a este documento. Todos os dados oriundos da coleta de dados (rodas de conversa, transcrições e gravações) ficarão apropriadamente armazenados em local seguro, sob responsabilidade da pesquisadora, pelo período de cinco anos, conforme a resolução CNS nº 466/2012. A qualquer momento, dentro deste período, as participantes poderão solicitar as informações. Após este período os dados serão devidamente descartados.

Esta pesquisa oferece riscos mínimos à sua participação, os quais se relacionam com a possibilidade de no decorrer da entrevista serem suscitadas emoções ligadas a alguma experiência da rotina de trabalho. Caso seja necessário, a pesquisadora se compromete a prestar suporte psicológico a você, participante da pesquisa, facilitando os encaminhamentos que se façam necessários, auxiliando na busca de profissionais qualificados da psicologia ou psiquiatria, na rede pública, privada ou convênios, que possam lhe prestar atendimento (de acordo com as possibilidades e vontade da participante).

As participantes terão direito a tal assistência, seja no decorrer, ou mesmo posterior ao encerramento da pesquisa.

Salientamos que caso concorde em participar, sua participação tem caráter voluntário e não resultará em qualquer tipo de remuneração ou custos com esta entrevista.

Em caso de gastos decorrentes de sua participação na pesquisa, você será ressarcido(a), bem como, em caso de eventuais danos decorrentes de sua participação na pesquisa, você será indenizado(a) pela pesquisadora.

(rubrica) Pesquisador

(rubrica) Participante

Vanessa Duarte (pesquisadora): email: (67) 992969344 - Av. Fernando Correa da Costa, 1500 –Vila Carvalliho, CEP: 79005-500 em Campo Grande – MS. (67) 98179-8053, email: vanessa_duarte_2@hotmail.com
Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFMS: (67)3345-7187 - Cidade Universitária, Avenida Costa e Silva, s/n, CEP: 79.070-900, Bairro Universitário, Prédio das Pró- Reitorias – Hércules Maymone, 1º andar, email: cepconep.propp@ufms.br.

A pesquisadora se compromete em apresentar a você os resultados da pesquisa, caso seja solicitado, por meio de relatórios dirigidos aos participantes. Os resultados também poderão ser publicados em revistas científicas, artigos científicos, e no formato de dissertação, bem como apresentados em eventos científicos, sendo preservadas a identidade e privacidade (sua e das demais pessoas envolvidas).

Este termo é redigido em duas vias, todas as vias devem ser rubricadas e a última assinada, sendo uma da participante e outra da pesquisadora.

Em caso de dúvidas quanto à sua participação, você pode entrar em contato com o pesquisador responsável das seguintes formas: Email: vanessa_duarte_2@hotmail.com, através de contato telefônico, pelo número (67) 992969344 ou pelo endereço (profissional): Av. Fernando Correa da Costa, 1500 – Vila Carvvalho, CEP: 79005-500 em Campo Grande – MS.

Caso de dúvidas ou eventual necessidade de esclarecimentos sobre os direitos como participante e a condução ética do estudo, poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFMS, no telefone (67)3345-7187 ou no endereço: Cidade Universitária, Avenida Costa e Silva, s/n, CEP: 79.070-900, Bairro Universitário, Prédio das Pró- Reitorias – Hércules Maymone, 1º andar, Email: cepconeppropp@ufms.br, com atendimento ao público das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min. O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade, visando contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos. Dessa forma, o CEP tem o papel de avaliar e monitorar o andamento da pesquisa de modo que o estudo atenda aos princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Assim, você: declara estar ciente de todos os esclarecimentos dispostos no presente termo, compreendendo os objetivos, implicações, benefícios e riscos em participar da pesquisa; entende que sua participação é totalmente voluntária e que, durante a realização da entrevista, poderá interrompê-la quando desejar, sem sofrer quaisquer prejuízos.

(rubrica) Pesquisador

(rubrica) Participante

Vanessa Duarte (pesquisadora): email: (67) 992969344 - Av. Fernando Correa da Costa, 1500 – Vila Carvvalho, CEP: 79005-500 em Campo Grande – MS. (67) 98179-8053, email: vanessa_duarte_2@hotmail.com
Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFMS: (67)3345-7187 - Cidade Universitária, Avenida Costa e Silva, s/n, CEP: 79.070-900, Bairro Universitário, Prédio das Pró- Reitorias – Hércules Maymone, 1º andar, email: cepconeppropp@ufms.br.

Você autoriza que seja gravada, em áudio, a sua entrevista? () Sim () Não

Assinatura do(a) participante da pesquisa

Vanessa Duarte
Pesquisador responsável

(rubrica) Pesquisador

(rubrica) Participante

Vanessa Duarte (pesquisadora): email: (67) 992969344 - Av. Fernando Correa da Costa, 1500 –Vila Carvallho, CEP: 79005-500 em Campo Grande – MS. (67) 98179-8053, email: vanessa_duarte_2@hotmail.com
Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFMS: (67)3345-7187 - Cidade Universitária, Avenida Costa e Silva, s/n, CEP: 79.070-900, Bairro Universitário, Prédio das Pró- Reitorias – Hércules Maymone, 1º andar, email: cepconepp@ufms.br.

12. APÊNDICE D – FORMULÁRIO SEMI-ESTRUTURADO PARA ENTREVISTA INDIVIDUAL.

I- Informações pessoais:

1. Idade:
2. Nacionalidade:
3. formação escolar:
4. identificação racial, - sexo e gênero:
5. tipo de vínculo contratual com a Unidade/SAS/Prefeitura entre outros marcadores de identificação do grupo:
6. Faixa salarial:
7. Se caso ou não:
8. Se tem filhos e filhas:

II- sobre a unidade

9. o que é a unidade para você?
10. Descreva sua rotina de trabalho
11. Como você representa essa rotina
12. Como você percebe a rotina de trabalho de seus colegas,
13. Fale sobre os desafios que você encontra na sua rotina de trabalho
14. Que facilidades você encontra em sua rotina

III- sobre as crianças (meninas)e acolhimento:

15. Como você representa a vinda das crianças para a Unidade?
16. Quais motivos /situação/condições às trouxeram para a unidade?
17. A unidade oforece/permite escolhas entre ficar ou sair da Unidade?
18. Como você percebe/representa essa escolha das crianças?

IV- comentários gerais:

19. Gostaria de acrescentar algum a informação ou comentário que não conversamos e você acha importante apresentar.

13. APÊNDICE E - RODA DE CONVERSA:

A roda será realizada com doze trabalhadores e trabalhadoras, dividida em quatro etapas conforme o quadro abaixo:

1ª RODA DE CONVERSA:

OBJETIVO	Coletar informações sobre o que os trabalhadores e trabalhadoras pensam sobre o que é a unidade de acolhimento institucional de crianças e adolescente.
Atividade inicial	Recepção ou atividade de boas-vindas; Dizer qual técnica será realizada.
2º momento	Apresentar as informações básicas do projeto;
Desenvolvimento: tema disparador da roda de conversa	• Na opinião de vocês, o que é uma unidade de acolhimento institucional de crianças e adolescentes? • Por que razão essas meninas estão aqui? • Por que razão elas vão embora da instituição? • Como é a rotina de trabalho de vocês? • Quais os maiores desafios que vocês enfrentam trabalhando em uma unidade de acolhimento institucional?
Conclusão da atividade	Agradecer a participação de todos.